



ZERO

CURSO DE JORNALISMO DA UFSC - FLORIANÓPOLIS, JULHO DE 2017 - ANO XXXVI, NÚMERO 3



CRISE ECONÔMICA

Pedaladas fiscais não foram a única causa do impeachment
Pág 4 e 5

CORRUPÇÃO

Lava Jato deflagrou os maiores esquemas de suborno do país
Pág 6 e 7

REFORMA POLÍTICA

Mudar o sistema eleitoral pode aumentar a representatividade
Pág 14 e 15

Terminar a disciplina do Jornal Laboratório sem trazer como pauta a crise política seria criar um muro entre o Zero e a realidade vivida pelos brasileiros. Todo o semestre foi marcado por notícias e reviravoltas de um cenário político instável que afeta os direitos dos cidadãos, a manutenção da universidade pública e a confiança do brasileiro em viver em um sistema justo e democrático. A equipe do *Zero* acredita que agora, mais do que nunca, é hora do brasileiro se manifestar.

Na intenção de organizar os acontecimentos desde o impeachment de Dilma Rousseff, resolvemos desenvolver uma ferramenta de instrução para a tomada de posicionamento dos leitores. Juntamos as peças: buscamos dar sentido às notícias que, desagregadas, contavam a história política atual de nosso país.

Como nosso objetivo inicial era estimular o debate, a edição abre com uma reportagem alertando sobre a situação de intolerância vivida no país. Falamos sobre a crise econômica, que é o discurso que motivou o afastamento da presidenta. Tratamos da corrupção na política nacional como algo sistêmico, que ocorre há muito tempo e que não é uma prática

exclusiva de somente alguns partidos.

Focalizamos no nosso estado e trouxemos os principais políticos catarinenses e como eles estão implicados em delações premiadas. Fizemos uma reportagem para explicar as delações, que trouxeram à tona denúncias que envolveram o poder público e o setor privado.

Também não poderíamos deixar de falar sobre o cerceamento dos protestos no governo de Michel Temer. Apresentamos de maneira educativa como os brasileiros ainda podem participar de mudanças legislativas através de uma reforma política.

Nosso objetivo não era esgotar todos os assuntos relacionados à crise política, mas elucidar processos e situações que fazem parte importante desse momento histórico. A equipe do *Zero* agradece à UFSC por oferecer a estrutura que nos permite construir este jornal laboratório tão essencial para a nossa formação de jornalistas. Todas as edições do jornal foram um desafio, mas esta em especial, por se tratar de um tema considerado difícil pela maioria dos alunos, fica marcada de forma especial. **Boa leitura!**

OMBUDSMAN



Vitor Hugo Brandalise é repórter do jornal *O Estado de S. Paulo*. Formado em *Jornalismo pela UFSC (2007)*, é pós-graduado em *Comunicação pela Universidade de La Coruña (2012)*. É autor dos livros *O Último Abraço (Record)* e *O Teatro Municipal de São Paulo (Senac)*. É vencedor de oito prêmios de reportagem, entre eles o *Vladimir Herzog de Jornalismo e Direitos Humanos 2016*.

Houve boa evolução na edição de maio do Zero, em relação à de abril. A pauta, mais coesa, trouxe a boa sensação de que o jornal tem voz própria. O olhar voltou-se ao mais fraco, o que sempre vale a pena. O Zero está mais diverso, e isso merece elogios.

A reportagem de capa, sobre estudantes de origem indígena na UFSC, é

muito boa, com relatos e personagens interessantes. No entanto, o título fala de racismo, mas o foco da matéria não é esse. Boa parte do texto descreve a vida deles na aldeia, seus motivos para estudar e como consideram o ensino superior uma forma de lutar por direitos dos seus povos. Fala pouco, porém, das dificuldades de permanência na universidade, e menos ainda de racismo. Gostaria de saber, por exemplo, como Ítalo se sentiu ao ser chamado de “índio confuso” por uma antropóloga. Como eles lidam com uma ofensa dessas? O tema é grave e falas contundentes deixariam o relato mais forte. O box “rede de ofensas” ficou descontextualizado, com comentários graves, mas sem explicar qual a relação com os personagens. A matéria diz apenas: “duas vezes, os estudantes indígenas da UFSC sofreram dezenas de ofensas racistas de outros alunos da instituição nas redes sociais”, mas não explica o que ocorreu. Ou assumimos que esse é o foco da reportagem e revelamos o abuso em profundidade (seria minha opção), ou mudamos o título, pois o escolhido cria uma expectativa que não se cumpre.

Valeu a pena investir três páginas em educação básica, com bom levantamento de números e entrevistas. Faltou passar uma tarde em uma escola problemática, para mostrar ao leitor como é ao rés do chão.

Vou me repetir ao dizer que a contracapa bateu na trave. A exemplo da edição de abril, há no texto boas histórias de gente, mas mal exploradas – esse é um problema recorrente.

A contracapa sobre o curiódromo, este clube de adoradores do pássaro Curió, traz dois ótimos achados. O sr. Edson, de 70 anos, disse ter deixado a mulher e os filhos porque eles não gostavam do seu passarinho. Se a paixão pelo bicho atingiu esse ponto, essa história mereceria muito mais do que um parágrafo. Uma página inteira para o sr. Edson e seu curió, por favor! Certo, fomos ao curiódromo falar do curiódromo, mas chegando lá encontramos um homem que trocou a esposa pelo bicho! Berra a pergunta “valeu a pena?”, e no entanto ela não é feita.

A outra boa história é a de Rosalina, única mulher entre 300 sócios do clube. Novamente, apenas um parágrafo para uma boa história (mas gastamos espaço com a taxa paga ao Ibama, premiações em torneios etc), e sem perguntar à Rosalina por que tão poucas mulheres?

Por fim, curioso notar que é a segunda contracapa seguida sobre pássaros. O João-de-Barro em abril, agora o curió... Nada de errado em voar texto afora, pelo contrário. Mas, por favor, se os personagens valem a pena, não os deixem para trás.

CRÔNICA

Presente de grego...

POR ANDRESSA SANTA CRUZ

Foi com a melhor das intenções que os filósofos inventaram o político ainda na Grécia antiga. Eles queriam alguém que administrasse sabiamente a pólis.

O intuito foi tão nobre que ser político surgiu, portanto, mais como uma virtude do que função. Algo totalmente genuíno. O governante colocava o bem estar da comunidade à frente de sua própria vida.

Realmente, a essência do termo é admirável. Pena que, 2 mil anos depois, a realidade de Brasília seja tão diferente do que foi pensado por Aristóteles.

Apesar de não sermos mais uma monarquia, herdamos o patrimonialismo dos tempos de colônia. Fomos apresentados à política pelo rei Dom Manuel I, nosso primeiro governante, e coube a ele o ofício de mandar e desmandar no Brasil, sem distinção entre público e privado. Basicamente, a coroa usava seu poder político para satisfazer interesses pessoais e qualquer

semelhança com os dias de hoje não é mera coincidência...

Temos volta e meia indicações duvidosas para cargos relevantes, como Alexandre de Moraes e Raquel Dodge. Ou remunerações muito altas em troca de serviços contestáveis, a exemplo das empreiteiras Camargo Corrêa, Andrade Gutierrez e Odebrecht que construíram Belo Monte. A usina custou mais de R\$ 25 bi e está respondendo a 25 processos no Ministério Público do Pará por danos socioambientais.

E assim fica difícil de acreditar a prioridade do Estado é a qualidade de vida do povo, eixo da democracia.

Mas o que podemos fazer para resgatar o âmago da política? Eu sinceramente não sei.

Responder a isso requer a certeza de que existe um sistema político perfeito. E não existe. Até na Grécia, berço da política, o sentido da palavra esta distorcido. O jeito é continuar na busca... Porque pior que tá, pode ficar sim.

ZERO

JORNAL LABORATÓRIO ZERO
Ano XXXVI- N° 3
Julho de 2017

PARTICIPE!

Mande críticas, sugestões e comentários:

✉ zeroufsc@gmail.com

☎ (48) 3721-4833

📱 /jornalzero

🐦 @zeroufsc

Departamento de Jornalismo - Centro de Comunicação e Expressão, UFSC, Trindade, Florianópolis (SC) - CEP: 88040-900



3° melhor Jornal-Laboratório do Brasil
EXPOCOM 1994



Melhor Jornal Laboratório - I Prêmio Foca
Sindicato dos Jornalistas de SC 2000



Melhor Jornal-Laboratório
EXPOCOM SUL 2015 - 2017



Melhor Jornal-Laboratório do Brasil
EXPOCOM 2015



Melhor Peça Gráfica
Set Universitário / PUC-RS
1988, 1989, 1990, 1991, 1992 e 1998

EQUIPE

Aline Dallarosa Lima, Ana Carolina Thomé, Ana Luisa Nascentes, Andressa Santa Cruz, Camila Ignácio Geraldo, Clara Comandoli, Daniel Bonfim, Gemyma Shirley de Souza Medeiros, Isadora Vicente, Joelson Cardoso, Linda Inês Pereira Lima, Luana Meira, Lucas Venceslau Krupackz Leal, Maria Fernanda Somenzi Salinet, Maria Teresa Mazetto de Carvalho, Pablo Mingoti, Wagner Roberto Locks Reis

DIAGRAMAÇÃO

Larissa Liz, Linda Inês Pereira Lima e Luana Meira

EDIÇÃO

Ana Carolina Thomé, Camila Ignácio Geraldo, Maria Fernanda Salinet

CAPA

Claudio Duarte

PROFESSORES RESPONSÁVEIS

Frederico S. M. de Carvalho
SC 01787 JP

MONITORIA

Amanda Casemiro
Rodrigo Silveira Rocha

IMPRESSÃO

Gráfica Grafinoarte

TIRAGEM

5 mil exemplares

DISTRIBUIÇÃO

Nacional

FECHAMENTO

5 de julho

Intolerância enfraquece debate político

A crise nacional tornou evidente a inflexibilidade do brasileiro a ideologias diferentes

As eleições presidenciais de 2014 e o impeachment inflamaram as discussões políticas no Brasil. No calor da crise política, não existe um meio-termo. Na vida real e na internet, pessoas de ideologias voltadas para esquerda e direita ficaram popularmente conhecidas como "coxinhas" e "petralhas". Para a professora de história da UFSC, Elenita Malta, o clima de discriminação a opiniões divergentes sempre existiu no Brasil. Isso porque o país possui, historicamente, uma sociedade desigual e fragmentada com antagonismos e posições radicais em vários âmbitos da vida social, cultural e política.

As redes sociais são os principais meios para a disseminação desses sentimentos, que tendem dar maior visibilidade a quem pensa de forma diferente. Uma pesquisa realizada pelo projeto "Comunica Que Muda" da agência de comunicação Nova/SB demonstrou o número de intolerância visível e invisível do internauta. A análise feita entre abril e junho de 2016 investigou, através de



Hostilização à imprensa foi uma das abordagens em pesquisa sobre intolerância

der Lima Gusso, afirma que a própria estrutura das redes sociais seleciona as interações e faz uma pré-triagem dos tipos de notícias que o usuário costuma curtir para tornar a experiência de uso mais gratificante. "Nas redes sociais é possível rapidamente se filiar à pessoas que pensam de uma mesma maneira, criando uma rede de apoio e valorização de comportamentos intolerantes", reconhece.

Na psicologia, não faltam estudos para explicar esse ambiente de extremismos ideológicos. Um deles é uma metodologia conhecida como Paradigma do Grupo Mínimo, criado em 1970 por Henri Tajfel da Universidade de Bristol na Inglaterra, em que profissionais da área separaram pessoas em dois grupos diferentes. O resultado foi que os integrantes de um lado apresentaram atitudes de desprezo aos integrantes do outro grupo, simplesmente porque estão em uma outra equipe.

A pesquisa intitulada "Correlatos Neurais da manutenção de crenças políticas em fase de evidências contrárias", publicada na revista Scientific Reports, revela que a dificuldade de mudar a opinião política de alguém está conectada a atividades neurais. Quando confrontadas, as pessoas modulam a atividade de regiões relacionadas com a reflexão sobre si mesmos

e questões morais. O artigo sugere que as evidências contrárias as suas crenças são recebidas pelas pessoas como ameaça a definição de si mesmo.

Angela Arruda, especialista em psicologia social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), observa que

o comportamento dos indivíduos não se forma apenas com a personalidade, mas por causa de uma série de circunstâncias. Para ela, o fato de uma pessoa ter convivido em ambientes pautados pela intolerância pode fazer com que se acredite que esta é a melhor forma de lidar com o mundo, mas também pode levar a adoção de uma perspectiva oposta. "A divisão social e a desvalorização do outro se manifesta mais ativamente em situações de crise que aparecem como ameaça e isso faz com haja uma aproximação de ideais mais extremos", enfatiza. O coordenador e professor de Psicologia da Faculdade Cesusc, Almir Pedro Sais, explica que do ponto de vista político e moral, os intolerantes são pessoas conservadoras e na perspectiva psicológica são autoritários.

O extremismo em debates políticos está sendo discutido em outras áreas além da psicologia. Para a professora doutora de ciência política da Universidade de São Paulo (USP), Eunice Ostrensky, o que estamos presenciando não é apenas na política, mas uma intolerância geral a opiniões e comportamentos divergentes, acompanhadas de uma prática ainda mais grave: os crimes de ódio. "Certamente a intolerância em suas várias formas prejudica o debate público, já que as posições e opiniões tornam-se questões de crenças profundas e inegociáveis", explica. A especialista destaca que o conflito político e social é constitutivo das sociedades e dificilmente será eliminado. O que é possível é torná-lo produtivo, incorporando-o na diversidade social e política. "Discussões, mesmo que veementes, não devem ser punidas ou impedidas, a não ser que resultem em crimes ou expressem opiniões de ódio e de eliminação da própria discussão pela violência", acredita.

Apesar de admitir que a democracia no Brasil sempre foi precária, a historiadora da UFSC, Elenita Malta, destaca que por causa desse cenário, estamos vivendo uma "democracia de aparência" e que a descrença e o desprezo pela política

podem ser prejudiciais para o futuro do país. "É difícil prever o que pode acontecer. Vai depender muito de como a crise política atual vai ser solucionada ou superada – e isso pode levar tempo", revela.

A solução não é deixar de emitir opiniões, mas preparar os jovens para compreender os diferentes pensamentos. É isso que um conjunto de professores universitários de vários países realizam com o projeto Heterodox Academy. Através de análises, pretendem ajudar professores, formuladores de políticas e administradores a entender e alcançar os benefícios da diversidade de pontos de vista. Tim Martin, professor de psicologia da Universidade Estadual de Kennesaw nos Estados Unidos faz parte desse grupo e conversou com o Zero. Ele enfatiza que os docentes geralmente emitem suas opiniões como se fossem verdades e que ao invés disso, deveriam compreender as diferentes visões e em seguida encorajar os alunos a desenvolverem a crítica, ou seja, dar voz a eles.

O professor de psicologia da UFSC, Helder Lima Gusso, é o único brasileiro que faz parte do grupo Heterodox Academy, pois compartilha que a vida universitária demanda de perspectivas diferentes. "A academia tem por função a produção e disseminação de conhecimento. Proibir o estudo de teorias ou fenômenos específicos com base em vieses ideológicos e políticos não nos colocam em boa posição", conclui. ☺

Pablo Mingoti

pablomingoti@gmail.com

Pediatra interrompe atendimento a criança porque a mãe dela é petista



A suplente de vereador Ariane Leitão durante discurso na Câmara de Porto Alegre

UOL Educação/Reprodução 21/3/2016

No RS, professor da UFRGS invade aula e arranca faixa contra Dilma

Colaboração para o UOL, em Porto Alegre 21/05/2016 15h04



Exemplos de atitudes radicais ganham notoriedade por meio de matérias publicadas em veículos online

um algoritmo, plataformas como Facebook, Twitter e Instagram para encontrar discursos preconceituosos. Foram identificadas 393.284 mensagens de discriminação e, desse total, 219.272 tinham cunho político e com tons ameaçadores. O professor de psicologia da UFSC, Hel-

Crimes de ódio

A intolerância ao posicionamento político do outro é exemplo de um crime de ódio, assim como o racismo, a homofobia, xenofobia e a discriminação com deficientes. O agressor escolhe suas vítimas com base em seus preconceitos e afeta não apenas a vítima, mas o grupo a qual ela pertence. Por isso, é chamado de Crime Coletivo de Extrema Gravidade. A lei 7.716 de 1989 define que os crimes de ódio podem ser punidos com penas de reclusão em regime fechado, semiaberto ou aberto e que podem variar de um a cinco anos dependendo da ação. Para denunciar é preciso fazer um boletim de ocorrência, realizar Exame de Corpo de Delito e procurar a ajuda de testemunhas. Quando são crimes virtuais, o denunciante deve reunir provas como impressão ou Print Screen de páginas on-line com as ofensas e levá-las a uma delegacia.

Economia é razão para tensão política

Responsabilidade fiscal e insatisfação com a economia influenciaram na cassação de Dilma

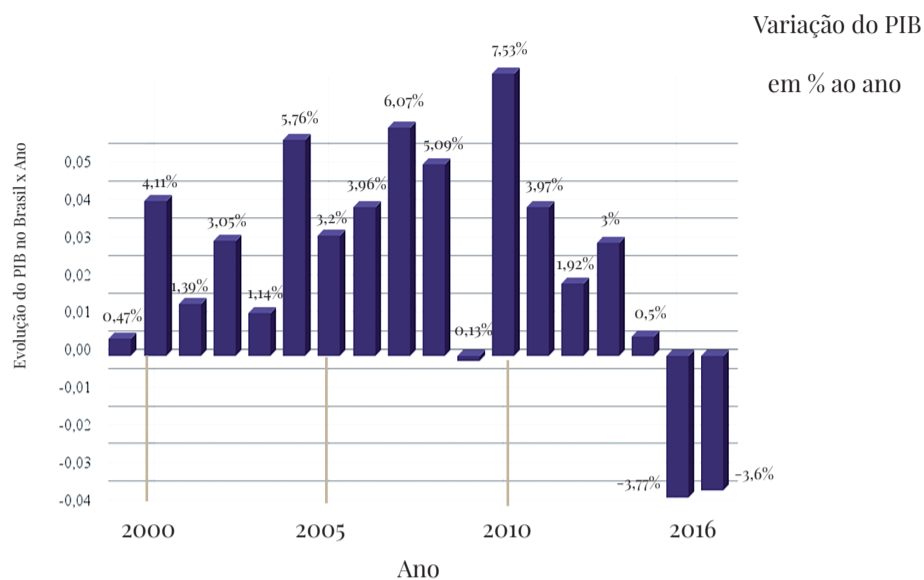
O dia 17 de abril de 2016 ficou marcado na história da política brasileira. Em uma sessão extraordinária de quase 10 horas na Câmara dos Deputados, o Brasil parou para assistir a votação que deu início ao processo de impeachment de Dilma Rousseff sob acusação de crime de responsabilidade fiscal. A votação terminou com 367 votos a favor, feitos por deputados que justificaram o impeachment em nome da “família”, de “Deus” e do “povo”, com homenagens aos seus filhos, esposas, maridos e coronéis da ditadura. Dilma permaneceu no cargo, porém afastada, até o dia 31 de agosto de 2016, quando o Senado aprovou o impeachment e Michel Temer (PMDB) assumiu definitivamente a Presidência da República.

A acusação de crime de responsabilidade que levou à cassação do mandato da ex-presidente foi utilizada como pretexto para um processo essencialmente político. A impopularidade do Governo Dilma começou em 2014, no início de seu segundo mandato, quando a inflação subiu, o PIB despencou e o país come-

çou a sentir os efeitos da crise financeira global de 2008. Para o professor de economia da UFSC Daniel Vasconcelos, “o fato de que o governo Dilma afundou o país numa crise econômica – que ela e o partido passaram muito tempo negando existir, apesar dos indicadores ruins da economia se avolumando como evidências contrárias ao discurso oficial – por si só não constituiria crime, nem justificaria o impeachment”. A viabilização do processo de impeachment foi legitimada pela pressão das ruas e das redes sociais, onde uma parcela da elite brasileira, com o apoio de instituições industriais e rentistas, se mobilizou contra Dilma e o PT pela insatisfação com a economia e a corrupção (ver página 6), em meio à panelaços e pedidos por intervenção militar.

O Produto Interno Bruto (PIB) de 2015 e 2016 revelou que o Brasil vive a pior recessão da história em 70 anos. A queda registrada por dois anos consecutivos na soma de bens e serviços produzidos pelo país veio acompanhada do aumento da inflação e da taxa de desemprego. Diante da crise econômica e fiscal entre o primeiro e o segundo mandato de Dil-

Evolução do PIB no Brasil por ano



ma, a petista tentou amenizar a insatisfação das elites econômicas e devolver a confiança às empresas industriais com uma economia fortemente contracionista. Para o economista Luiz Faria, foi este passo que decidiu a derrota de Dilma e a instauração de uma crise política. “A tentativa de um interregno neoliberal com a política de austeridade de Joaquim Levy (ex-ministro da Fazenda) levou a um aprofundamento da crise econômica e não recuperou as condições de governabilidade. Ao contrário, na medida em que esse gesto foi lido como fraqueza pela oposição, e a crise política se instaurou.”

A insatisfação dos empresários industriais com a política econômica do governo Dilma teve início em 2012, devido à brusca queda da taxa de lucro da indústria e à redução de investimentos causada pelo efeito tardio da sobreapreciação da taxa de câmbio a partir de 2007 no governo Lula. O cenário de apreciação cambial começou com a abertura e estabilização da economia na década de 90, através da criação do Plano Real pelo então ministro da Fazenda Fernando Henrique Cardoso (FHC), com o objetivo de controlar a hiperinflação. Uma moeda valorizada contribuiu para a redução das tarifas de importação e a decorrente substituição de produtos nacionais por importados. Uma das consequências da apreciação do câmbio a longo prazo é a contenção de custos por parte da indústria nacional para se manter competitiva. Para o economista Luiz Faria, “além do juro elevado, o câmbio apreciado foi, desde 1994, um dos suportes do rendimento das aplicações financeiras, que assim ganha duas vezes: ganha com um juro maior do que no resto do mundo e ganha com a conversão de dólares em reais mais valorizados”.

Os juros elevados, aumento do desemprego e a diminuição nos investimentos públicos, causados pela política econômica de FHC, levou os olhares ao candidato à presidência do Partido dos

Trabalhadores (PT) em 1999, Luiz Inácio Lula da Silva. Se a proposta inicial de Lula durante as eleições era aumentar o gasto público, assistencial e previdenciário e deixar de priorizar o pagamento da dívida externa, à medida em que foi se aproximando do centro político, estas e outras bandeiras históricas do PT foram esquecidas, a fim de ampliar sua base eleitoral e estabelecer um pacto com o mercado.

Política econômica de Lula

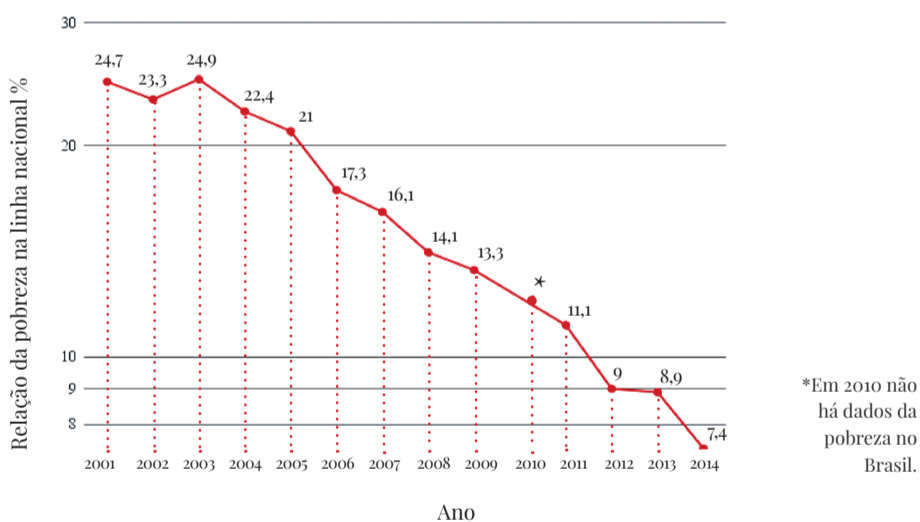
No primeiro mandato, Lula cumpriu o prometido em sua “Carta ao povo brasileiro”, documento lançado em junho de 2002 com o objetivo de “acalmar” o mercado financeiro e dar continuidade à política fiscal e monetária que vinha sendo realizada por FHC. Os três pilares da macroeconomia brasileira em superávit primário, câmbio flutuante e regime de metas de inflação estruturados em conjunto com o FMI foram mantidos durante o seu governo, além de estabelecer uma política de maior rigor fiscal. Entre 2002 e 2006, o país estava em crescimento, o que facilitou o reforço no investimento em estatais como a Petrobrás, aumento do salário mínimo real de 5,3% para 9% ao ano e criação de mais empregos. Para o economista Pedro Fonseca, “a elevação do salário mínimo foi uma decisão consciente e deliberada de política econômica. Mas o rentismo continuou solto, sustentado pelas altas taxas de juros, assim como os impostos são predominantemente regressivos. Sem impostos progressivos não se redistribui renda”.

No fim do primeiro mandato, a meta do superávit primário estava em 4,25% do PIB e a economia brasileira registrou um crescimento de em média 3,5% ao ano, um salto comparado à economia do governo anterior, que crescia em média 2,3% ao ano. Ao término dos oito anos de governo Lula, a taxa de crescimento do PIB havia dobrado em relação ao governo de FHC como “recompensa” pelo bom tratamento que suas empresas recebiam e pela conti-

Artes: Linda Inês P. Lima/Zero

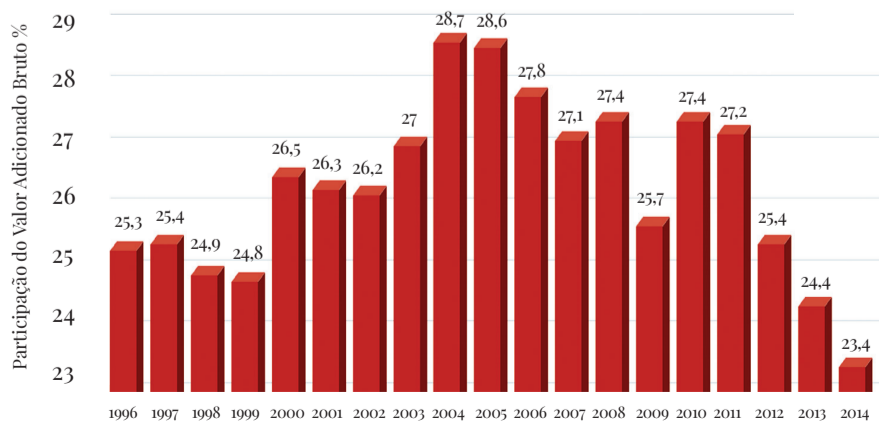
Linha da pobreza no Brasil

Relação da pobreza efetiva na linha de pobreza nacional por ano



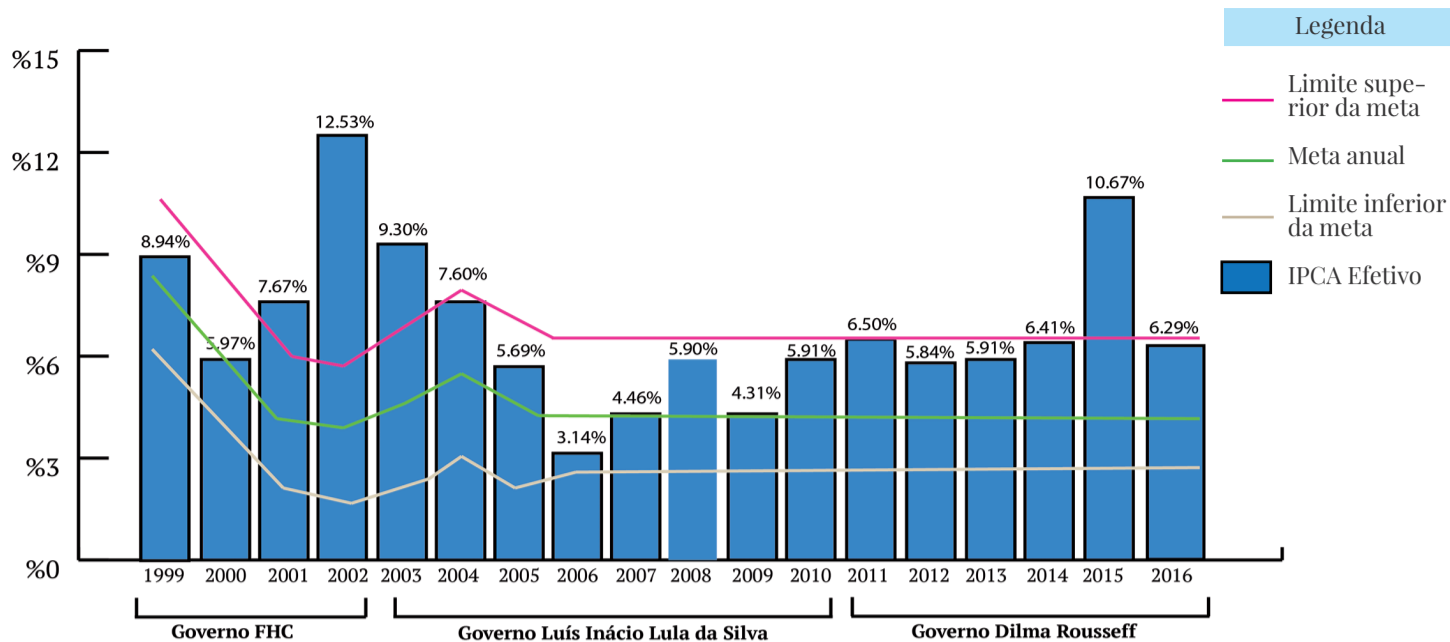
Participação da Indústria no PIB brasileiro

Participação do Valor Adicionado Bruto da Indústria em relação ao Valor Adicionado Bruto Total



Metas da Inflação

Linda Inês P. Lima/Zero



nua apreciação do real. Foi essa apreciação, somada à elevação artificial do salário mínimo, que as políticas sociais do governo contribuíram para a redução da pobreza. Segundo o relatório do Banco Mundial, entre 2001 e 2013, o percentual da população vivendo em extrema pobreza caiu de 10% para 4%.

Até 2008, a situação externa contribuiu para que o governo Lula apresentasse altas taxas de crescimento, principalmente por causa do aumento do preço e da quantidade das commodities a partir da demanda chinesa. Analistas otimistas acreditaram que o Brasil tinha retomado seu desenvolvimento quando, na verdade, o que existia era uma elevação no preço das nossas commodities, uma taxa de juros alta e câmbio sobreavaliado. Mesmo com a crise financeira global, o governo Lula manteve os investimentos públicos e os aumentos do salário mínimo, tendo em vista as eleições de 2010. Para manter a economia aquecida e diminuir o impacto da crise através do estímulo ao consumo, as taxas de juros e de impostos foram reduzidas e o gasto público ampliado.

A ingovernabilidade de Dilma

Dilma assume a presidência em 2010 em meio a um cenário de mudança do quadro econômico mundial pós-crise

e desaceleração da economia chinesa, que levou a uma brusca queda no preço das commodities em 2014. A queda nas exportações de produtos agropecuários afetou profundamente a economia e teve repercussão imediata na renda do agronegócio, setor responsável pelo crescimento brasileiro nas últimas décadas. Do outro lado, a indústria perdeu a competitividade e parou de investir por falta de confiança no governo. Como a ex-presidente admitiu em 2015, foi um erro ter subestimado a gravidade da crise econômica interna e externa. Segundo o economista Daniel Vasconcelos, o Brasil desestabilizou “devido à inabilidade em lidar com a pós-crise internacional, com os erros de condução de política monetária doméstica, do que com os efeitos da crise lá fora”. Os efeitos viriam de qualquer jeito, mas a forma de acomodar esses choques externos aqui dentro não foi das melhores”, afirma. O intervencionismo da política econômica de Dilma também atingiu o setor de energia em 2014 e contribuiu para o desgaste de seu governo. Para conter a inflação, houve um controle dos preços da energia elétrica e da gasolina, o que acarretou em grandes prejuízos para as empresas estatais.

Fator decisivo para a derrubada de Dilma Rousseff, a pauta econômica tor-

nou-se prioridade no atual governo de Michel Temer. Para superar a crise, o presidente adotou um discurso de realizar reformas previdenciárias e trabalhistas, conter a inflação e limitar o crescimento dos gastos públicos. Para este último objetivo, em 13 de dezembro de 2016 foi aprovada a PEC 55. “A PEC 55 é um desses delírios que muito frequentemente acometem os economistas que não têm boa formação. Fazer um ‘sinal’ aos capitalistas para incentivá-los a investir, por conta de uma crença no papel da fada da confiança em motivá-los. A crença diz que, uma vez que o governo está ‘cortando na própria carne’ e, por conseguinte, não pretende ‘disputar a poupança’, o setor privado saberá usá-la em investimentos produtivos. Para tanto, impede-se o governo de governar pelos próximos 20 anos. Sim, porque se o orçamento não poderá ser alterado, não é preciso eleger um governo. Seja Manuel ou seja Joaquim, só podem fazer a mesma coisa. Quando há uma crise, e ainda mais nas proporções da brasileira, não é possível, e muito menos saudável, equilibrar o orçamento. Sem déficit, não é possível vencer uma crise. Aqui, na China, no século XIX ou no século XXI.”, expressa o economista Luiz Faria.

Desde o governo Dilma, a previsão do FMI era que a recuperação econômica do Brasil iniciaria de forma gradual e moderada em 2017. A expectativa se mantém no governo Temer. Durante o primeiro ano de Michel Temer na presidência, o Brasil apresentou uma melhora na inflação, que caiu para 4,08%, e na produção da indústria, com um crescimento de 1,1% em comparação com março de 2016. Em compensação, a taxa de desemprego teve um aumento de 2,8% no mesmo período (10,9% para 13,7%). A dívida pública também cresceu e chegou a R\$ 3,23 trilhões, quase R\$ 1 trilhão a mais em relação ao ano anterior. Os índices econômicos, são incertos, pois decisões políticas podem afetar drasticamente as previsões. ☹

Aline Dallarosa Lima

adallarosalima@gmail.com

Gemya Medeiros

gemya.salmus@gmail.com

Dicionário Econômico

AUSTERIDADE

No âmbito da economia, austeridade significa ter um maior rigor no controle de gastos. O plano de austeridade ocorre através do corte de despesas dispensáveis e/ou supérfluas.

COMMODITIES

Produtos que funcionam como matéria-prima, produzidos em escala e que podem ser estocados sem a perda de qualidade

PRODUTO INTERNO BRUTO (PIB)

É a soma em valores monetários de todos os bens e produtos finais produzidos num determinado país, estado ou cidade durante um determinado período (mês, trimestre, ano)

PEDALADA FISCAL

É a prática do Tesouro Nacional de atrasar propositalmente o repasse de dinheiro para bancos públicos, privados e autarquias como o INSS com o objetivo de melhorar as contas federais e apresentar despesas menores.

SUPERÁVIT PRIMÁRIO

É o dinheiro que “sobra” nas contas do governo após o pagamento de despesas, excetuando gastos com pagamento de juros. É um dos termômetros observados pelos investidores estrangeiros para medir a capacidade de um país pagar sua dívida em dia.

INFLAÇÃO

A taxa de inflação é o aumento no nível de preços, ou seja, é a média do crescimento dos preços de um conjunto de bens e serviços em um determinado período. O Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) é o índice oficial de inflação do país e é medido mensalmente pelo IBGE

INDEXAÇÃO

Sistema de reajustes de preços, inclusive salários e aluguéis, de acordo com os índices oficiais de variação dos preços

INTERREGNO

Intervalo entre dois mandatos, quando não há um governante

RENTISMO

Princípio que visa ao lucro financeiro pela aplicação de capitais

IMPOSTO PROGRESSIVO

Quanto maior é o lucro ou a renda, maior é a porcentagem de impostos sobre a base.

IMPOSTO REGRESSIVO

Quanto maior é o lucro, menor é a porcentagem de imposto a pagar sobre o total da base tributável.

Pedaladas Fiscais

“Família”, “Deus”, “Cristianismo”, e “Fim da corrupção” foram as justificativas da maioria dos parlamentares favoráveis ao afastamento de Dilma. No entanto, as expressões “responsabilidade fiscal”, “improbidade administrativa” e “lei orçamentária” que embasaram o pedido de impeachment da petista foram mencionadas apenas cinco vezes. As duas acusações que afastaram Dilma do cargo foram o suposto envolvimento na pedalada fiscal no atraso do repasse de R\$ 3,5 bilhões do Tesouro ao Banco do Brasil para o Plano Safra e a edição de decretos para liberar créditos suplementares que promoveram alterações na programação orçamentária sem autorização legislativa. A perícia do Senado não identificou participação de Dilma nas pedaladas e apontou que a ex-presidente foi responsável pela emissão de três dos decretos que exigiam autorização dos parlamentares, mas que não teria sido alertada sobre a incompatibilidade com a meta fiscal. Segundo o professor de economia da UFRGS Pedro Fonseca, as pedaladas fiscais serviram como pretexto para o impeachment, por ser um ato fundamentalmente político. “Não é uma medida correta ou recomendável, mas também não constitui crime de responsabilidade”.

A propina como símbolo de uma nação

Rombos nos cofres públicos tornaram crise política brasileira manchete internacional

Agência Brasil/Acervo

Foi na primeira metade do século 19 que o verso popular “quem furta pouco é ladrão; quem furta muito é barão; quem mais furta e esconde; passa de barão a visconde.” tomou as ruas do Rio de Janeiro, na época da monarquia, em que a corrupção já era bastante presente. Mas só em 2015 ela foi apontada pelos brasileiros como o principal problema do país, segundo pesquisa do Datafolha. Isso acabou se refletindo nas eleições municipais de 2016, em que o número de eleitores que não foram votar no segundo turno, somado aos votos brancos e nulos, chegou a cerca de 10,7 milhões, de acordo com o Tribunal Superior Eleitoral. As abstenções ultrapassaram os sete milhões de eleitores, enquanto que em 2012 foram menos de seis milhões. Durante esse período, o Brasil passou por uma crise de representatividade política, em que vieram à tona diversas denúncias e operações, entre elas a Operação Lava Jato, que atingiu integrantes da elite política e econômica.

Lava Jato

Foi com a prisão do doleiro Alberto Youssef, no dia 17 de março de 2014, que a Operação ganhou destaque na mídia. Desde então, durante as 41 fases do processo, foram revelados vários crimes envolvendo políticos, instituições públicas e privadas. A investigação é a maior sobre corrupção e lavagem de dinheiro do país, segundo o Ministério Público Federal. Estima-se que o volume de recursos desviados dos cofres da Petrobras chega a mais de R\$ 42 bilhões, segundo a Polícia Federal. Durante esse período, as delações premiadas expuseram casos de corrupção ativa e passiva, gestão fraudulenta, lavagem de dinheiro e organização criminosa. Logo na sua primeira fase, a Lava Jato cumpriu 81 mandados de busca e apreensão, atuando em 17 cidades de seis estados e no Distrito Federal. Nos últimos três anos, foram incriminadas empreiteiras como a Odebrecht e a Andrade Gutierrez, além de políticos como o ex-presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB), e o ex-ministro chefe da Casa Civil, José Dirceu (PT). Os desdobramentos da Operação revelaram um quadro de corrupção sistêmica no país.

Em 2009, cinco anos antes dos escândalos da investigação virem à tona, a Polícia Federal abriu um inquérito para investigar uma suspeita de lavagem de dinheiro por parte de empresas ligadas ao deputado federal José Janene (PP). Janene faleceu em 2010, mas os indícios de crimes fizeram a PF dar continuidade aos trabalhos, até descobrirem atividades fraudulentas em um posto de gasolina de Brasília. O doleiro Carlos Habib Chater era dono do posto de gasolina



Nomes de investigados na Lava Jato incluem Michel Temer (PMDB), Marcelo Odebrecht, Eduardo Cunha (PMDB) e Alberto Youssef

Posto Torre, tradicionalmente conhecido no Distrito Federal. Grampos telefônicos revelaram várias conversas que Chater tinha com Alberto Youssef, no qual falavam sobre transações monetárias e pagamentos de valores altíssimos. A partir disso, não demorou muito para a polícia reunir pistas do envolvimento de Youssef com pessoas do alto escalão da Petrobras. Três dias depois da deflagração da Operação, foi preso o ex-diretor de Abastecimento da estatal, Paulo Roberto da Costa.

Logo no segundo mês em que os casos haviam se tornados públicos, em abril de 2014, foi apurado que R\$ 444,6 milhões de reais foram enviados para fora do país de forma fraudulenta. Alberto Youssef e Paulo Roberto da Costa aceitaram o acordo de delação premiada, e foram soltos em troca de informações sobre o esquema de lavagem de dinheiro. Assim, muitos políticos tiveram seus nomes envolvidos nas denúncias, entre eles Renan Calheiros (PMDB), Edison Lobão (PMDB), Ciro Nogueira (PP), Romero Jucá (PMDB), Gleisi Hoffmann (PT).

Foi a partir de novembro de 2014 que executivos de grandes empreiteiras, como a Camargo Corrêa e a Queiroz Galvão, começaram a receber mandados de prisão. No mesmo mês, foi descoberto que empresas investigadas doaram R\$109 milhões para a campanha de Dilma Rousseff (PT) e Aécio Neves (PSDB). Desde então, o valor apurado de dinheiro sujo envolvido no esquema chegou na casa dos bilhões.

Em 2015, iniciaram-se as prisões envolvendo nomes importantes da política e da Petrobras – Nestor Cerveró e João Vaccari Neto (PT) foram presos no primeiro semestre daquele ano. Começaram a surgir denúncias contra Marcelo Odebrecht, da construtora Odebrecht, e

Otávio Azevedo, da Andrade Gutierrez. Essa fase da operação recebeu o nome Erga Omnes, um termo jurídico que em latim significa “valerá para todos”.

Assim foram seguindo as investigações: a cada fase operacional, o número de envolvidos em esquemas de corrupção em diferentes setores só aumentava. Sérgio Moro, juiz que comanda em primeira instância os crimes citados, ganhou notoriedade principalmente após

que não renunciaria, a notícia da crise política no Brasil já era o segundo tema mais comentado pela mídia dos Estados Unidos, ficando atrás apenas da política de Donald Trump, de acordo com um estudo feito pela empresa brasileira Imagem Corporativa em conjunto com Tom Reichert, chefe do departamento de publicidade e relações públicas da Universidade da Geórgia, nos Estados Unidos.

“O BRASIL, HOJE, É UM PAÍS DE CORRUPTORES PREMIADOS COM A LIBERDADE E CORRUPTOS LIVRES DA PRISÃO”

Mario Renato Gomes Marona, ex-diretor do Jornal Nacional

a condução coercitiva do ex-presidente Lula, em março de 2016. Em pouco tempo, Moro ganhou status de celebridade, assumindo uma postura de “herói nacional”. Nas ruas, carros estampavam adesivos com a frase “Eu apoio a Operação Lava Jato”, além de bandeiras do Brasil estendidas nas janelas de casas. Parecia que pela primeira vez o povo estava vendo os poderosos do país serem punidos por suas ações criminosas.

O que dizem os jornais

Em consequência da instabilidade política do governo atual, convive-se diariamente com notícias sobre investigações e julgamentos quase intermináveis, sendo a mídia um agente que divulga as práticas de corrupção todos os dias. Durante as investigações da PF, o cenário político brasileiro chegou a virar pauta internacional. Minutos antes do Presidente Michel Temer anunciar no dia 18 de maio

Apesar de ter se mostrado mais presente no cotidiano, a cobertura jornalística da política brasileira não se tornou mais crítica. Em uma entrevista com o ex-diretor do Jornal Nacional, Mario Renato Gomes Marona, perguntamos sobre o amadurecimento da imprensa brasileira frente aos escândalos de corrupção no país. Marona acompanhou como jornalista desde as primeiras denúncias de corrupção do Governo de Fernando Collor de Mello (PTC, antigo PRN), até o processo de impeachment e a renúncia do ex-presidente em 1992. Para ele, as diferenças entre a cobertura midiática das Diretas Já, das manifestações de 2013 e da Operação Lava Jato não são percebidas porque as empresas de comunicação no Brasil sempre estiveram relacionadas a esquemas de corrupção, direta ou indiretamente. “A imprensa brasileira sempre foi corrupta e desonesta. Sempre esteve do lado errado da história. Sempre se opôs às mu-

danças, e enquanto for exercida monopolisticamente por seis ou sete famílias conservadoras, assim será”, pontua.

Os jornais têm estampado inúmeras denúncias de contratos dirigidos, mensagens de compra de silêncio, desvio de dinheiro e outros comprometimentos de várias camadas do Governo aliados aos interesses privados. Um estudo feito no Brasil pelo Instituto Kellogg, dos Estados Unidos, apontou que as empresas que doam dinheiro para campanhas eleitorais têm um retorno de até 750% sobre o valor que investiram no candidato. Esse retorno acontece, na maioria dos casos investigados, por meio de contratos dirigidos. Nas campanhas políticas realizadas em 2014, por exemplo, foram gastos um total de aproximadamente 5,1 bilhões de reais, segundo dados do Tribunal Superior Eleitoral. Com esses dados, é quase inimaginável a quantia de dinheiro que empresas que se encaixam no perfil da pesquisa possam ter lucrado nos anos seguintes à campanha.

De acordo com Marona, “o brasileiro sempre conviveu bem com a corrupção”. Quando perguntado pelo Zero se houve amadurecimento da opinião pública no sentido da condenação da corrupção, o jornalista responde que não houve e não há. “Nem mesmo nos últimos anos a corrupção foi sinceramente condenada. Foi usada apenas como pretexto para fragilizar, emparedar e derrubar um governo cujo projeto nacional se opunha à própria natureza do país porque baseava-se no conceito de bem estar social, ou seja, inclusão, distribuição de renda, extinção da miséria, acesso ao consumo e ascensão social”, pontua. “O Brasil, hoje, é um país de corruptores premiados com a liberdade e corruptos livres da prisão.”

Herança histórica

O maior obstáculo ao desenvolvimento econômico e social do mundo é a corrupção, segundo o relatório anual de 2016 do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) da ONU, que trabalha principalmente pelo combate à pobreza e pelo Desenvolvimento Humano. Se analisarmos a história da política brasileira, entenderemos que a corrupção é uma prática antiga, quase uma herança histórica.

No Brasil Colônia, quando a coroa portuguesa chegou às terras tupiniquins, era comum a corte realizar festas luxuosas, mostrar interesse na troca de favores e aliar burocracia à corrupção. A praça do comércio, localizada na cidade Rio de Janeiro, é lembrada no documentário “1808 - A Corte no Brasil”, produzido por Laurentino Gomes, como o local onde a corrupção era cotidiana. Neste período, o comércio internacional precisava ser autorizado pela coroa portuguesa, o que forçou a criação de cargos com objetivo de fiscalizar a liberação de mercadorias estrangeiras e ordens de pagamento. Funcionários públicos designados ao cargo teriam que, supervisionar as negociações para evitar contra-

bando, mas a criação de inúmeras burocracias para aprovar transações fez com que comerciantes optassem pelo pagamento de propina aos fiscais, a fim de terem seus negócios liberados o mais rápido possível. Práticas de suborno eram aceitas como se fizessem parte do pagamento do inspetor e vagas para esses cargos públicos eram anunciadas e vendidas pela maior arrematação, quase como que em um leilão.

Nos tempos da primeira República, tornou-se popular o chamado voto de cabresto, um sistema de controle de poder político por meio de abuso de autoridade, havia compra de votos e utilização indevida de bens públicos em campanhas. No mesmo período, foi instituída a República do Café com Leite, um acordo firmado para que os presidentes eleitos fossem escolhidos ora por candidatos de São Paulo, ora por candidatos de Minas Gerais. Esquema que garantia benefícios às maiores oligarquias do país na época.

A IMPRENSA BRASILEIRA SEMPRE FOI CORRUPTA E ESTEVE DO LADO ERRADO DA HISTÓRIA

Mario Renato Gomes Marona,

Na década de 1930, inicia-se o Moderno Estado Brasileiro e o primeiro Código Eleitoral entra em vigor, instituindo o voto secreto, um passo na busca de eliminar atos de corrupção, agora mais associados aos indivíduos e não tanto ao sistema. Porém, a punição ainda estava distante dos que cometiam crimes. Como o caso do ex-governador de São Paulo Adhemar Pereira de Barros, que atuou em dois mandatos, nas décadas de 1940 e 1960, mesmo sendo acusado de constantes atos de corrupção e a quem foi atribuída a expressão “rouba, mas faz”.

Em 1960, o candidato à presidência da República, Jânio Quadros, conseguiu ser eleito com uma das maiores porcentagens do voto popular do Brasil, com a marchinha de campanha “Varre, Varre, Vassourinha”, prometendo combater a corrupção na administração pública. Mesmo mote adotado pelo primeiro presidente eleito diretamente após a ditadura militar, Fernando Collor de Mello (PTC, antigo PRN). Curiosamente, o “caçador de marajás” - como se autoproclamava - sofreu ação de impeachment por atos de corrupção, o que lhe tornou inelegível por oito anos. Mas atualmente Collor é senador. E assim vamos caminhando. ☺

Maria Teresa Mazetto

mariateresamazetto@gmail.com

Mariela Cancelier

marielacancelier0210@gmail.com

Confira outros casos que ilustram o histórico de corrupção no Brasil

CASO BANESTADO

Entre 1996 e 2002, foram desviados para contas CC5 do Banco do Estado do Paraná (Banestado) cerca de 30 bilhões de dólares. Essas contas servem às empresas multinacionais ou brasileiras para transferir dinheiro para fora do país. Por meio delas, era possível fazer um depósito em moeda nacional e sacar o dinheiro em moeda estrangeira, o que resultou em remessas fraudulentas feitas através de 91 contas correntes comuns, abertas em nome de “laranjas”.



MENSALÃO

O escândalo do mensalão foi deflagrado no fim do primeiro mandato do presidente Lula, em 2005. O caso envolvia a compra de votos de parlamentares no Congresso, no qual os membros da base aliada recebiam periodicamente recursos do Partido dos Trabalhadores (PT) para votar a favor de projetos de interesse do bloco governista. A mensalidade de 30 mil reais era repassada a alguns deputados por Delúbio Soares, na época tesoureiro do partido.



José Dirceu (PT)



Marcos Valério (Empresário)



Delúbio Soares (PT)



Roberto Jefferson (PTB - RJ)

BANCO MARKA

Em 1999, uma CPI comprovou que o Banco Marka, de Salvatore Cacciola, conseguiu comprar dólar do Banco Central por um valor mais barato que o ajustado, assim conferiu prejuízo aos cofres públicos. O rombo chegou a R\$ 1,8 bilhão. A cúpula do BC foi acusada de tráfico de influência, entre outros crimes. Em 2000, Cacciola foi detido, fugiu para a Itália no mesmo ano e voltou ao Brasil em 2008, quando foi deportado em Mônaco.

CASO COROA BRASTEL

O caso Coroa Brastel, ocorrido durante o governo Figueiredo, já no fim da ditadura, fez surgir denúncias contra o então ministro do Planejamento, Delfim Netto, e Ernane Galveas, na época, ministro da Fazenda. Com a quebra do grupo Coroa-Brastel, foi descoberto um esquema de desvio de empréstimos concedidas pela Caixa Econômica Federal ao empresário Assis Paim Cunha, dono do grupo. Com a falência, 34 mil investidores financeiros ficaram sem receber.



Delfim Netto (Ex-ministro)



Ernane Galveas (Ex-ministro)

ZELOTES

A operação foi iniciada em março de 2015 e investiga quadrilhas atuavam junto ao Carf (Conselho Administrativo de Recursos Fiscais), órgão ligado ao Ministério da Fazenda, para reverter ou anular multas. Segundo a Polícia Federal, este é um dos maiores esquemas de sonegação fiscal já descobertos no país, no qual empresas de grande nome no Brasil teriam pago propinas, por intermédio de lobistas, para anular multas aplicadas pela Receita Federal.



Mais de 70 empresas, como Gerdau, Bradesco, Santander, RBS (afiliada da Rede Globo no RS) e Banco Safra estão sendo investigadas no caso.

VAMPIROS DA SAÚDE

Descoberto pela Polícia Federal em 2004, o esquema dos vampiros da saúde operava envolvendo empresas, funcionários do Ministério da Saúde e deputados federais desde 1990. O esquema principal do grupo consistia em fraudes de licitações, gerando sobrepreços na compra de remédios e hemoderivados.

A PF estima que o esquema teria causado um prejuízo de R\$ 2 bilhões na época. Dezesete pessoas foram presas, sendo a maioria delas agentes do Ministério da Saúde.

Calendário de fatos políticos

Para retratar a crise política brasileira, a equipe do Zero levantou os principais destaques que marcaram o Brasil desde 2014. Da reeleição de Dilma Rousseff (PT) até a última notícia que tivemos para o fechamento desta edição, a quantidade de fatos relevantes poderia montar um calendário que completasse todas as páginas do jornal.

Optamos por escolher os que tinham relação com nossas reportagens e influenciaram fortemente a situação política. Alguns deles, como o pedido de cassação da chapa Dilma-Temer, começam em 2014

e têm seu resultado em 2017. Não existem soluções que redefinam a governabilidade no país. Ainda não sabemos se Michel Temer (PMDB) continuará na presidência. Vimos Eduardo Cunha (PMDB) ser um dos responsáveis pelo impeachment de Dilma para depois ser preso, acusado de corrupção. Passamos pelas prisões de José Dirceu (PT), Delcídio do Amaral (PT), Sérgio Cabral (PMDB). Vimos Aécio Neves (PSDB) perder a liderança do partido no Senado por causa de uma gravação em que ele pede R\$ 2 milhões em propina a Joesley Batista, dono da JBS.

Entendemos na prática o conceito de delação premiada, em que grandes empresários tiveram suas penas reduzidas após revelarem esquemas envolvendo políticos em subornos para o alcance de licitações. Executivos do grupo Odebrecht fizeram a chamada "delação do fim do mundo" em que denunciaram algumas das figuras mais importantes da recente política no Brasil, como Temer, os ex-presidentes Dilma, Lula, FHC (PSDB), Sarney (PMDB) e Collor (PT).

Confira a ordem em que tudo isso aconteceu no calendário a seguir.

26/10/2014 Dilma é reeleita com 51% dos votos	18/12/2014 PSDB pede ao TSE a cassação da chapa Dilma-Temer	1/2/2015 Eduardo Cunha é eleito presidente da Câmara	26/2/2015 A Câmara instala CPI para investigar desvios na Petrobrás	15/3/2015 Mais de 2 milhões de pessoas fazem ato pelo impeachment	15/4/2015 Operação Lava Jato prende tesoureiro do PT João V. Neto
3/8/2015 José Dirceu é preso na Operação Lava Jato por escândalo na Petrobrás	20/8/2015 Rodrigo Janot apresenta denúncia de corrupção contra Eduardo Cunha	11/9/2015 AGU declara que não houve violação da Lei de Responsabilidade Fiscal por Dilma	7/10/2015 O TCU recomenda ao Congresso reprovam contas de 2014 por pedaladas fiscais	21/10/2015 Deputados da oposição entregam a Cunha pedido de impeachment	3/11/2015 O Conselho de Ética instaura processo para investigar Eduardo Cunha
25/11/2015 A Polícia Federal prende Delcídio do Amaral	25/11/2015 Cunha autoriza abertura do processo de impeachment	7/12/2015 Temer envia uma carta à Dilma em que se diz 'vice decorativo'	16/12/2015 Rodrigo Janot pede afastamento de Cunha	8/3/2016 Marcelo Odebrecht é condenado a 19 anos e 4 meses de prisão	13/3/2016 Favoráveis ao impeachment fazem maior manifestação da história do país
15/3/2016 O STF divulga delação de Delcídio do Amaral	15/3/2016 Delcídio do Amaral implica 74 pessoas em delação	16/3/2016 Dilma anuncia nomeação de Lula para ministro da Casa Civil	16/3/2016 Moro divulga gravações telefônicas de Dilma e Lula	17/3/2016 Nomeação de Lula é anulada pelo STF	23/3/2016 Planilhas da Odebrecht citam 316 políticos
29/3/2016 PMDB decide deixar base do governo Dilma	30/3/2016 Comissão especial começa a analisar impeachment	6/4/2016 Comissão especial apresenta relatório favorável ao impeachment	17/4/2016 367 deputados votam a favor do impeachment	6/5/2016 A comissão especial do Senado aprova prosseguimento do afastamento de Dilma	12/5/2016 55 senadores votam a favor de impeachment
12/5/2016 Dilma é afastada por 180 dias e Michel Temer assume	17/6/2016 Rio de Janeiro decreta estado de calamidade financeira	14/7/2016 Rodrigo Maia é eleito presidente da Câmara dos Deputados	31/8/2016 Acontece o impeachment de Dilma Rousseff	19/10/2016 Eduardo Cunha é preso por decisão do juiz Sérgio Moro	17/11/2016 Sérgio Cabral, ex-governador do Rio de Janeiro, é preso
5/12/2016 Afastamento do presidente do Senado Renan Calheiros	5/12/2016 PEC da Reforma da previdência é proposta	13/12/2016 Congresso aprova congelamento de gastos públicos por 20 anos	19/12/2016 STF recebe 77 delações de executivos da Odebrecht na investigação Lava-Jato	19/12/2016 Moro aceita denúncia e Lula é réu em cinco processos	19/1/2017 Acidente aéreo mata Teori Zavasck, relator da Operação Lava Jato
30/1/2017 Empresário Eike Batista é preso por corrupção	2/2/2017 Edson Fachin é sorteado novo relator da Operação Lava Jato no STF	14/3/2017 Janot pede a abertura de 83 inquéritos contra políticos com foro privilegiado	11/4/2017 Edson Fachin retira os sigilos das delações da Odebrecht na Lava Jato	26/4/2017 Câmara dos Deputados aprova a reforma trabalhista	17/5/2017 É divulgada gravação de um dos donos da JBS envolvendo Temer
18/5/2017 Aécio Neves é afastado do Senado	19/5/2017 STF autoriza investigação contra Temer	9/6/2017 TSE absolve chapa Dilma-Temer por supostas ilegalidades	23/6/2017 Conselho de Ética arquiva processo de cassação de Aécio Neves	29/6/2017 Cármem Lúcia envia à Câmara denúncia da PGR contra Temer	29/6/2017 Raquel Dodge é indicada para a PGR

Raimundo Colombo é citado em delação

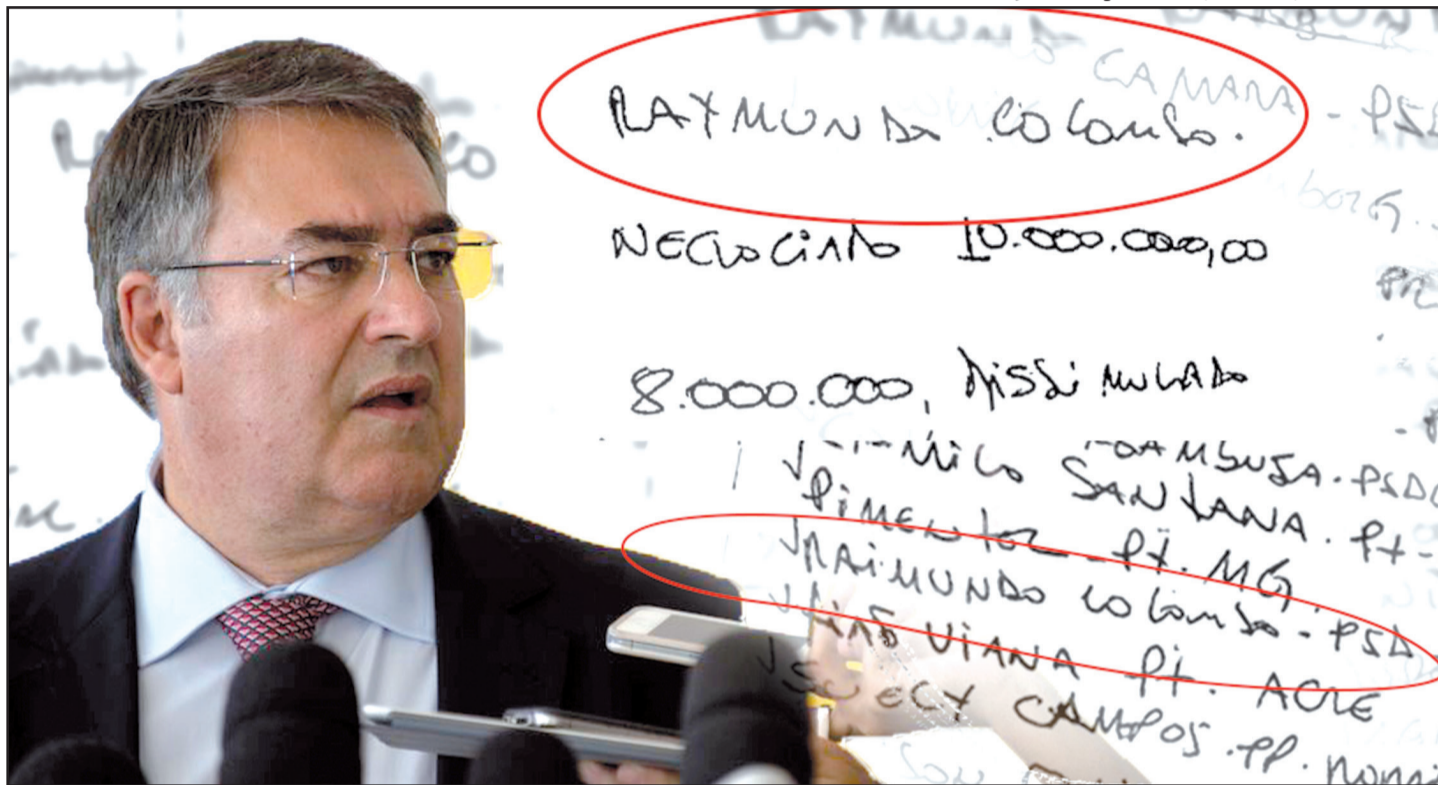
Estabilidades econômica e social contribuem para menor pressão popular sobre o governo

Foto Raimundo Colombo: José Cruz/Agência Brasil (01/12/2016) - Fundo: Arte Zero

A crise política e os escândalos de corrupção que atingiram o centro do poder em Brasília, aos poucos, vão se alastrando para os outros estados brasileiros. Nomes de políticos catarinenses começaram a aparecer nas mais recentes delações dos processos da Operação Lava Jato, como nos acordos de colaboração de executivos da empreiteira Odebrecht e na mais explosiva de todas até o momento, a delação dos donos da JBS, que entregou uma lista com 1829 nomes de políticos que supostamente receberam propinas, dos quais 142 foram candidatos em Santa Catarina.

Entre os citados, aparece o governador do estado, Raimundo Colombo (PSD), presente nas duas delações. Ele é apontado como o beneficiário de R\$ 2 milhões via caixa dois para a campanha ao governo do estado em 2010, segundo os ex-diretores da Odebrecht Ambiental, Fernando Reis e Paulo Roberto Welzel. Os pedidos de propina continuaram nas eleições de 2012 e 2014. De acordo com os delatores, os pedidos somam mais de R\$ 17 milhões em doações ilegais à cúpula do PSD. Os nomes dos ex-secretários estaduais, José Carlos Oneda e Ênio Branco, os deputados estaduais Gelson Merisio (PSD) e José Nei Ascari (PSD), e o ex-prefeito de Florianópolis e atual secretário de Estado de Assuntos Estratégicos, Cesar Souza Júnior, também aparecem na delação. Todos negam envolvimento.

No acordo firmado com a Procuradoria-Geral da República (PGR) e a JBS, o diretor da empresa, Ricardo Saud, entregou uma planilha em que aparecem R\$ 8 milhões doados oficialmente para a campanha do PSD e outros R\$ 2 milhões em espécie pagos à parte em Florianópolis. O impacto na administração estadual foi direto. O então Secretário da Fazenda, Antônio Gavazzoni, aliado do governador, pediu demissão assim que as



Ex-executivos da Odebrecht e da JBS acusam Colombo de receber R\$ 2 milhões via caixa dois durante eleição em 2010

acusações feitas pela JBS se tornaram públicas. Foi a primeira baixa do governo após os escândalos chegarem a Santa Catarina.

No entanto, apesar das graves denúncias, Colombo não tem sofrido uma cobrança efetiva de suas condutas e tem se limitado a dar explicações pontuais. Para Daniel Pinheiro, professor do Departamento de Administração Pública na Escola Superior de Administração e Gerência da Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc-Esag), com relativa estabilidade econômica do estado e problemas localizados, a sociedade fica um pouco distante das questões políticas, o que contribui para um cenário de pouca pressão e cobranças. “Isso ameniza a situação do governador, o que torna um ponto positivo ao cenário político do estado. Como não há uma pressão nem popular, muito menos de alguns movimentos

sociais, quando surgem essas denúncias, ele não está tão fragilizado como outros governadores”, explica Ribeiro ao comparar, por exemplo, Santa Catarina com estados como o Rio de Janeiro e o Rio Grande do Sul, que apresentam situações políticas, econômicas e sociais mais tensas. Apesar do momento crítico nacional, SC apresentou, no cenário econômico, um crescimento de 2,4% em 2014, segundo dados consolidados da economia, enquanto o país aumentou apenas 0,5%. A economia catarinense manteve-se em sexto lugar entre os PIBs estaduais. Paraná e Rio Grande do Sul tiveram queda de 1,5% e 0,3% respectivamente. Segundo a economista e professora do Departamento de Administração Pública da Udesc-Esag, Ivoneti Ramos, a variedade de produção no estado auxilia no enfrentamento da crise. “Como temos um produto forte na agropecuária, na indústria e na área de serviços, numa crise dessas, se afetar determinado setor, o outro tem como garantir pelo menos o não decréscimo da economia catarinense”, acredita. Adriano Amarante, professor de economia na Udesc, apresenta outro fator: “a situação de Santa Catarina é favorável porque não tem uma crise da dívida pública tão problemática. Estamos relativamente bem em termos de orçamento”.

Mas o avanço das investigações começa a colocar alguns políticos catarinenses em posição mais desfavorável. No dia 11 de abril deste ano, o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Edson Fachin, relator da Operação Lava Jato, autorizou a abertura de 76 inquéritos por parte da Procuradoria Geral

da República (PGR). Quatro deles são catarinenses. Aparecem com pedidos de investigação o senador Dalírio Beber (PSDB), o deputado federal Décio Lima (PT), a deputada estadual Ana Paula Lima (PT) e o prefeito de Blumenau, Napoleão Bernardes (PSDB). Todos os citados negam qualquer irregularidade. No início de junho, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) autorizou a quebra do sigilo telefônico do governador entre 1º de junho de 2012 e 28 de fevereiro de 2015, também como desdobramento das delações da Odebrecht.

Enquanto isso, na Alesc, cinco pedidos de impeachment contra Colombo foram protocolados e estão aguardando análise. O mais recente foi entregue na última semana, dia 28 de junho, e se baseia nos supostos crimes de responsabilidade apontados pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE), bem como nas delações de executivos da Odebrecht e da JBS. A maioria no legislativo favorece o governador, que não deve enfrentar um processo.

Pinheiro acredita que, apesar dos escândalos, a eleição do próximo ano em Santa Catarina não haverá muitas novidades ou articulações diferentes. “É um estado que se abalou, como todos os outros, mas a gente não entrou em uma crise social muito grande, que justifique um enfrentamento político ainda”, pensa o professor. “Se não houver comprovação dos escândalos, novas denúncias ou se a situação de desemprego não atingir um patamar muito severo no estado, não deve mudar muita coisa no cenário político”, acrescenta. ☺

Joelson Cardoso

joelsonc.cardoso@gmail.com

Casan torna-se alvo de privatizações

Em comum entre as duas empresas deladoras, além do pagamento de propinas aos políticos, está o interesse na Companhia Catarinense de Águas e Saneamento (Casan), estatal responsável pelo abastecimento de água e a coleta de esgoto na maior parte dos municípios do estado. Segundo os delatores, houve o compromisso de privatizar a empresa estadual e assegurar vantagens nesse eventual processo. “É uma operação lucrativa. Quando você tem uma procura por água e esgoto, é uma demanda certa. Do ponto de vista da gestão e do investimento, são setores que interessam muito. A Casan ou qualquer companhia de água que seja privatizada ou concedida é uma mina de ouro”, analisa Pinheiro. De fato, em 2011 a Assembleia Legislativa de Santa Catarina (Alesc) chegou a autorizar a venda de 49% das ações da Casan em votação no plenário. Colombo, na época, enviou ao legislativo uma proposta de retirar a obrigatoriedade de uma consulta popular, prevista na constituição estadual. Em 2016, a Casan fechou o ano com lucro líquido de R\$ 28,3 milhões.

Especialistas divergem sobre delações

Promotora considera métodos de investigação eficazes, mas professores os questionam

Daniilo Verpa/Folhapress

A Operação Lava Jato, que revelou um esquema de lavagem de dinheiro e pagamento de propinas envolvendo políticos e empresas privadas, tem colocado no centro do debate público um instrumento jurídico que provoca reações contrárias: a delação premiada. Trata-se de um acordo entre o suspeito ou autor de um crime e o Ministério Público (MP), no qual são oferecidos benefícios caso exista colaboração efetiva com a investigação. No Brasil, o mecanismo está previsto na Constituição Federal desde 1990, na Lei de Crimes Hediondos, mas só foi regulamentado em 2013, quando detalharam-se as regras desse tipo de acordo.

A lei que oferece essa possibilidade de cooperação com o Estado trata especificamente de organizações criminosas, definidas como um conjunto de quatro ou mais pessoas que possui uma divisão delimitada de tarefas e se une para praticar crimes, cujas penas máximas sejam superiores a quatro anos ou envolvam mais países. Além disso, é preciso esclarecer que, neste caso, trata-se da colaboração premiada, em que são fornecidos outros elementos para facilitar o trabalho dos investigadores como, por exemplo, o aviso sobre um crime que irá ocorrer. A delação, por outro lado, exige necessariamente que o autor dê informações sobre outros participantes da organização criminosa. Dessa forma, a delação é um tipo de colaboração premiada. “É como uma conclusão a que o Estado chega de que não tem condição de fazer uma investigação bem feita em determinados casos e precisa contar com a ajuda de alguém de dentro do núcleo criminoso para dismantelar a organização”, explica Marcelo Pertille, mestre em Ciências Criminais pela PUC-RS e professor de Direito Penal e Direitos Humanos da Univali.

Apesar de estar presente em outras leis, como as de lavagem de dinheiro e antidrogas, a delação é aplicada principalmente nas práticas estipuladas na Lei de Organizações Criminosas. O acordo pode ser proposto tanto pelo Ministério Público quanto pela defesa do suspeito ou autor do crime. Depois de confirmado o interesse na negociação, o MP e o colaborador junto ao advogado de defesa assinam um contrato formal, em que são definidas as obrigações das duas partes. Ao aceitar o acordo, o delator ou colaborador confessa a prática do crime e abre mão do direito de permanecer em silêncio. Em seguida, começa a fase de entrega de provas e coleta de depoimentos, quando os delatores são ouvidos e gravados, conforme manda a lei. O material é entregue ao juiz para homologação, ou seja, a fim de que ele autorize

o contrato – o objetivo aqui é garantir que o acordo tenha sido feito sem qualquer tipo de violência ou coação. A partir daí, o MP pode imediatamente oferecer a denúncia ou continuar a investigação para obter mais informações e identificar os autores do crime.

Mesmo com respaldo legal, os benefícios oferecidos pelo Estado aos colaboradores não são vistos com bons olhos pela população. Na lista do que eles podem ganhar com o acordo, estão a redução de até dois terços da pena ou substituição da pena de prisão por uma restritiva de direitos. Em termos mais práticos, em vez de ir para a cadeia, o acusado cumpre penas alternativas, como não poder sair aos finais de semana e prestar serviços comunitários. A lei também autoriza que o acusado possa receber o perdão judicial, que ocorre quando o juiz deixa de aplicar a pena e, se for o primeiro a prestar colaboração efetiva e não for líder da organização, pode até mesmo nem ser denunciado. Para empresas que cometeram crimes contra a ordem econômica, há o acordo de leniência, uma espécie de colaboração premiada para pessoas jurídicas. Nesse caso, os colaboradores podem reduzir multas e atenuar penas mais graves, como a proibição de fechar contratos com o poder público e ter empréstimos de instituições financeiras.

No entanto, só a palavra de quem entrega informações não é suficiente para a justiça: é preciso gerar efeitos e apresentar provas. Quanto à efetivi-

“QUANDO VOCÊ SE PAUTA POR ÉTICA DE NÃO-VERDADE OU DE ENTREGA DO OUTRO É COMO SE O DIREITO CRIASSE MECANISMOS QUE OFENDEM SUA PRÓPRIA MISSÃO”,

Marcelo Pertille, professor de Direito Penal e Direitos Humanos

dade da colaboração, o que é contado deve possibilitar aos investigadores chegar a resultados, como recuperar total ou parcialmente o produto do crime, identificar demais participantes ou a estrutura da organização, e, quando possível, prevenir infrações penais que possam ser praticadas pela organização criminosa. Entre as provas consideradas válidas estão transferências bancárias, registros de ligações telefônicas, dados, arquivos, e depoimentos de outras testemunhas. Qualquer sentença deve ser baseada num conjunto de provas e não em elementos isolados, de modo que quem for prejudicado pela prova tenha a chance de se defender. O acusado ainda não foi condenado, o que muitas vezes é esquecido pela



Joesley Batista recebeu perdão judicial e imunidade processual após sua colaboração

população, segundo o professor de Direito Constitucional da Faculdade Cesusc e doutorando em Direito pela UFSC, Samuel Martins. “As pessoas tendem a conceber o processo penal apenas na perspectiva do órgão de acusação, mas em um regime democrático este processo leva em conta os dois pólos processuais. Quando há um vazamento [do conteúdo da delação], aquela informação é considerada como verdadeira desde o primeiro momento”, ressalta.

O acordo entre investigado e o Ministério Público pode acontecer em qualquer etapa do processo: durante

vivemos no Brasil? Algo pode não valer nada até ontem e hoje tudo muda. O que se tinha contra o Temer cinco anos atrás valia muito pouco, agora vale muito. Porque há um enredo social e midiático em torno disso. As colaborações passam a obedecer uma lógica de mercado”, destaca.

Quanto ao sigilo do processo, Rebelo explica que o segredo é mantido somente enquanto for essencial para não atrapalhar as investigações e, logo após, o processo passa a ser integralmente público. De acordo com Martins, divulgar informações recebidas no acordo esvazia o potencial da investigação. “É verdade que quando estamos pensando em um processo, numa ação penal e questões referentes, sobretudo, a crimes de grande importância, a regra é a publicidade, mas a gente precisa diferenciar”, explica. Segundo ele todo vazamento deveria ser submetido ao contraditório. “É muito problemático ter um conteúdo dessa natureza que remete a eventual criminalização de alguém e depois essa pessoa não é considerada como criminosa pelo Judiciário. O prejuízo disso na vida de uma pessoa é bastante robusto” defende.

Na área do Direito se discute, inclusive, a própria perspectiva ética e moral de uma delação premiada. Segundo Pertille, o Direito é trabalhado em cima de uma ética de valorização de liberdades, de reconhecimento da dignidade humana, de uma ética de humanismo jurídico. “Quando você se pauta por ética de não-verdade ou de entrega do outro é como se o Direito criasse mecanismos que ofendem sua própria missão”, explica. Já Martins alerta: “será que o Estado não estaria incentivando um certo dedurismo, se aproximando demasiadamente de uma pessoa que é imputada também como coautora?”. Na visão da promotora, o

método de investigação respeita os direitos constitucionais do investigado, é essencial para apuração dos crimes e recuperação dos valores desviados, além de salvar vítimas e punir criminosos que jamais seriam descobertos de outra forma.

As opiniões de especialistas do Direito sobre a delação premiada divergem. Na visão do professor de Direito Penal da UFSC, Francisco Bissoli, o processo é um instrumento muito importante para se furar as barreiras das organizações criminosas, mas que exige muito cuidado para que “não se lesionem direitos na busca

pela desmantelamento das associações”.

Para Martins, o processo ainda tem muitos problemas: a interpretação sobre o instituto deveria ser bem mais rigorosa e os vazamentos são inadmissíveis. “Numa democracia a gente não pode trabalhar com a ideia de mal necessário, então, vou violar alguns direitos fundamentais porque é um mal necessário. Esse é um argumento perigoso”, reflete.

Já Pertille acredita que a colaboração premiada pode ser um mecanismo interessante, mas a maneira como tem sido aplicada na Lava-Jato

mostra que são necessárias regulamentações. “Nós temos um Estado que tem que punir os criminosos, mas está comprometido com a dignidade e com a liberdade das pessoas, e o instituto tem que estar equilibrado nessa balança”, enfatiza.

Para a promotora, outra grande vantagem à sociedade é que o investigado, além de colaborar, fica comprometido a cessar as práticas criminosas, podendo ser revogado o benefício que agir de forma diferente”, explica. O acordo pode trazer melhor resultado à investigação, já que o criminoso não

somente confessa a prática do delito, mas também revela outras informações importantes para auxiliar na produção de provas. Segundo a promotora, a colaboração premiada é um ótimo instrumento para elucidar crimes que, de outro modo, jamais seriam descobertos e punidos. ☺

Isadora Vicente

isadoravicente96@gmail.com

Lucas Krupacz

lucas.krupacz@gmail.com

Casos de colaboração que marcaram o Brasil

No Brasil, as delações têm causado grande impacto no cenário político. Na Operação Lava Jato, por exemplo, 27 dos 94 condenados optaram pela colaboração com a Justiça. Após revelarem esquemas de corrupção, reduziram suas penas em 85% - de 627 anos, somadas todas as sentenças, para 87. Outros 15 acordos foram protegidos por segredo de Justiça. A equipe do *Zero* separou seis casos em que as delações premiadas tiveram forte repercussão em investigações e reduziram penas de acusados.



2005 - ROBERTO JEFFERSON, EX-DEPUTADO FEDERAL (PTB)

Os depoimentos: delatou todo o esquema do mensalão, permitindo o processo que condenou 25 pessoas, entre elas o ex-ministro José Dirceu, o ex-presidente do PT, José Genoíno e o publicitário Marcos Valério.

O outro lado: durante a Comissão Parlamentar de Inquérito do Mensalão, Dirceu e Genoíno alegaram que não havia evidências que demonstrassem que suas atuações fossem além do plano institucional.

Antes do acordo: pena de sete anos de reclusão pelos crimes de corrupção passiva e lavagem de dinheiro.

Depois do acordo: a pena para corrupção passiva passou de quatro para dois anos e oito meses. Pelo crime de lavagem de dinheiro, a pena foi reajustada de quase sete para quatro anos.



2015 - ALBERTO YOUSSEF, DOLEIRO

Os depoimentos: citou pela primeira vez o pagamento de propina para o ex-deputado Eduardo Cunha (PMDB) por um contrato na Petrobras. Também embasou denúncias contra o senador Fernando Collor de Mello (PTB) e contra parte das bancadas do PP na Câmara dos Deputados e no Senado.

O outro lado: Um exemplo das reações dos citados no acordo é a defesa de Antonio Palocci, ex-ministro nos governos Dilma e Lula, que afirmou tudo ser uma grande mentira.

Antes do acordo: condenado a cumprir 122 anos de prisão. Cumpriu dois anos e oito meses de prisão em regime fechado.

Depois do acordo: foi condenado a menos de três anos, cumprindo pena em prisão domiciliar e regime semiaberto.



2016 - DELCÍDIO DO AMARAL, EX-SENADOR (PT)

Os depoimentos: afirmou que Dilma Rousseff fez uma série de “investidas” contra o andamento da Lava Jato. Acusou Michel Temer de envolvimento em um caso de aquisição ilícita de etanol por meio da BR Distribuidora. Disse ainda que Aécio Neves recebeu propina em um esquema de corrupção em Furnas, empresa subsidiária da Eletrobras. Também citou o ex-presidente Lula e outros senadores petistas e do PMDB.

O outro lado: a ordem inicial do Planalto foi descredenciar Delcídio, repetir que ele falou mentiras em outras ocasiões e que, portanto, não tinha credibilidade para dar informações.

Antes do acordo: a pena máxima seria de 15 anos de prisão.

Depois do acordo: teve a pena reduzida para três anos, primeiramente em regime semiaberto domiciliar, depois domiciliar aberto e mais seis meses de serviço à comunidade.



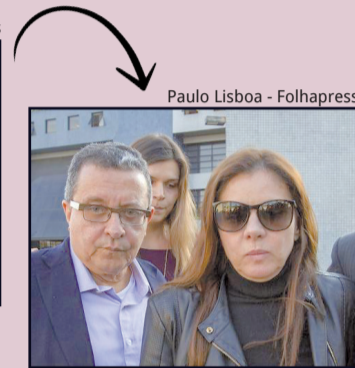
ABRIL DE 2017 - GRUPO ODEBRECHT

Os depoimentos: o acordo de 78 executivos e ex-executivos da empreiteira, conhecido como “delação do fim do mundo”, resultou em 76 pedidos de inquérito contra políticos de diversos partidos e um total de 98 investigados pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

O outro lado: os citados, entre eles Michel Temer, Lula, Dilma Rousseff, Fernando Henrique Cardoso e Aécio Neves, negam negociações ilegais com a empreiteira.

Antes do acordo: 19 anos e 4 meses de prisão.

Depois do acordo: pena máxima de dez anos, sendo os primeiros dois anos e meio em regime fechado. A empreiteira pagará multa de cerca de R\$ 6,7 bilhões ao longo de 20 anos.



MAIO DE 2017 - JOÃO SANTANA E MÔNICA MOURA, MARQUETEIROS

Os depoimentos: receberam pagamentos via caixa dois durante as campanhas presidenciais de Dilma Rousseff (PT) e na reeleição de Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

O outro lado: a defesa de Lula disse que as delações “nada provam”. Dilma declarou que os delatores “faltaram com a verdade”. Antes do acordo: condenados a oito anos e quatro meses de prisão por lavagem de dinheiro.

Depois do acordo: multa de R\$ 3 milhões cada e confisco de U\$ 22 milhões de conta na Suíça. Cumprirão apenas quatro anos de prisão, primeiramente em prisão domiciliar, seguido de regime semiaberto e regime aberto.

MAIO DE 2017 - JBS

Os depoimentos: irmãos Joesley e Wesley Batista, donos do Grupo JBF, que detêm a empresa JBS, admitiram ter pagado R\$ 400 milhões de propinas a políticos e agentes públicos, entre outros atos de corrupção.

O outro lado: entre os citados no acordo, Michel Temer e Aécio Neves negaram as acusações.

Antes do acordo: Os irmãos Batista não responderão criminalmente pelos esquemas revelados ao MP.

Depois do acordo: Perdão judicial. Multa de R\$ 225 milhões, por parte da delação, e de R\$ 10,3 bilhões, decorrentes de acordo de leniência, com prazo de 25 anos para pagar as quantias.

Quando a rua vira um cenário de guerra

Diante da conjuntura política, conflitos entre manifestantes e Estado se acirram no país

Foto: Lula Marques/ AGPT (25/05/2017)

No meio da última grande manifestação em Brasília contra as reformas trabalhistas adotadas pelo governo de Michel Temer (PMDB), no dia 24 de maio, Eduardo Söchting, estudante do curso de História da UFSC, acordou sem se lembrar onde estava. Vendo a correria em frente ao prédio da Esplanada dos Ministérios, deduziu estar em um protesto, mas em sua cabeça, dolorida e inchada pela pancada que levava durante o conflito envolvendo policiais e manifestantes, não havia lembranças de ter viajado mais de 1600 km de Florianópolis até a capital federal. Na última memória que possuía, a ex-presidenta Dilma Rousseff (PT), reeleita em 2014 e afastada de seu cargo em 2016, ainda estava no poder. “Lembro que ela tinha sido eleita no segundo turno com mais de cinquenta milhões de votos, mas não que havia sofrido um Impeachment.”

O mesmo ato em que Eduardo esteve presente ficou marcado também pelo decreto de Temer que, em edição extra do Diário Oficial da União, solicitou que as Forças Armadas executassem função policial por pelo menos uma semana no Distrito Federal, medida adotada apenas quando as capacidades policiais são insuficientes para lidar com sua função. Ainda que tenha revogado o decreto um dia depois sua publicação após pressão da própria base aliada e de integrantes do Judiciário, como o ministro do STF Marco Aurélio Mello, que durante sessão da câmara declarou esperar que a notícia da convocação do exército não fosse verdadeira, os momentos de conflito durante a manifestação deixaram dezenas feridos. Quando foi levado para a emergência do Hospital Regional da Asa Norte, ainda em Brasília, Eduardo viu que fila de espera estavam também outros manifestantes presentes no ato. “Tinha um homem que levou uma bala de borracha na região do olho, gente com membros quebrados e até outro menino da UFSC que teve parte da mão dilacerada.”

Foi só quando voltou a Florianópolis que o estudante conseguiu um parecer médico: após uma tomografia, comprovou-se que estava com um inchaço na região traseira da cabeça e havia perdido a memória dos últimos três anos. Não lembrava do nome de seus amigos próximos ou mesmo de ter ingressado na UFSC. Até onde sabia, ainda morava com a mãe em sua terra natal, Joinville. “Algumas coisas eu até consigo lembrar, tenho uns flashes, uns insights, mas nada muito específico.” A memória pode retornar aos poucos nos próximos meses, mas será necessário o acompanhamento com um neurologista. “Estou tentando me contextualizar em muita coisa, principalmente no aspecto político, porque participei de muitos movimentos de que nem tenho recordação.”

O cenário brasileiro encontra-se marcado pelo acirramento dos conflitos entre manifestantes e forças do Estado. Segundo Daniela Félix, advogada popular envolvida na defesa de movimentos sociais em Santa Catarina desde 2009, pode-se notar uma mudança na relação entre a força policial e os atos ocorridos nos últimos tempos, que reivindicam a defesa do estado democrático de direito. Em Florianópolis, isso se deveria em partes pela troca de comando do Quarto Batalhão de Polícia da cidade, mas também pela mudança do caráter político das manifestações. “No movimento de luta pelo transporte coletivo entre 2012 e 2015, por exemplo, não houve nenhuma prisão de líderes do movimento em manifestações de rua. Já no ano passado, notou-se um aumento da violência



Manifestantes durante confronto com a polícia militar no protesto realizado no dia 25 de maio de 2017 em Brasília

contra os manifestantes, prisões arbitrárias com base em crimes de menor potencial ofensivo e uso de força física mais constante.”

No caso do convocado às Forças Armadas, a advogada chama a atenção para o papel desta instituição dentro de um estado democrático, e vê o decreto como inconstitucional. “Elas são um poder utilizado em tempos de guerra. Em hipótese alguma uma manifestação popular gerada por dissidências no campo político pode ser colocada no patamar de uma situação de conflito bélico.” Eduardo recor-

participantes, foram um momento de ruptura para a relação entre as forças do Estado e manifestantes. Os primeiros protestos ficaram marcados por conflitos intensos com a polícia, o que mobilizou mais pessoas a irem às ruas nos protestos que se seguiram. “Isso fez com que as diversas polícias fossem treinando e se preparando cada vez mais para lidar com manifestações, mas num preparo muito voltado à repressão”, conta a socióloga. Na época, o Estado de São Paulo chegou a ser condenado a pagar uma indenização de 8 milhões de reais por danos sociais decorrentes da violência.

Esther atenta para o fato de as forças policiais serem um instrumento político. “As manifestações acabam sendo concebidas como uma ameaça à ordem por geralmente se posicionarem contrárias ao poder vigente, por isso são reprimidas.” Para a pesquisadora, o caráter repressivo é visível no método utilizado. “Além do uso de armamento, a quantidade de policiais também é desproporcional. É muito mais importante ter agentes de tráfico, por exemplo, para

zelar pela segurança de todos, do que policiais propriamente ditos, com arma e proteção.”

Nos últimos anos, a organização das manifestações em Florianópolis procurou sempre protocolar na polícia a notificação dos atos que ocorreriam, mas há algum tempo os manifestantes têm optado por não informar o trajeto exato dos protestos por questões políticas. Daniela Félix explica que em grandes centros urbanos a polícia, sob a justificativa de controle da ordem pública, tenta disciplinar o rumo das manifestações. “Eles querem sempre os trajetos que não atrapalhem a vida da cidade, sendo que muitas vezes o objetivo é justamente atrapalhar o cenário urbano pra ver se mobiliza as pessoas a pensarem sobre o assunto. Se os manifestantes não fazem o que as autoridades determinam, isso pra polícia legítima a utilização de mecanismos físicos para contê-los.” A advogada vê um uso muito mais frequente de ações violentas por parte da polícia

“AS MANIFESTAÇÕES SÃO CONCEBIDAS COMO UMA AMEAÇA À ORDEM POR GERALMENTE SE POSICIONAREM CONTRÁRIAS AO PODER VIGENTE, POR ISSO SÃO REPRIMIDAS”

Esther Gallego, Socióloga

da-se ainda do perfil dos manifestantes presentes no ato em questão. “Pelo que pude ver lá, algumas pessoas estavam revidando a polícia mas a maioria eram trabalhadores entre trinta e quarenta anos que estavam reivindicando seu direito de protestar. Não havia necessidade para toda aquela repressão.”

Direito constitucional

No Brasil, o direito a protestar é garantido pela combinação de três direitos dispostos no Artigo 5º da Constituição Federal: liberdade de expressão (IV), liberdade de associação (XVII) e liberdade de reunião (XVI). A dificuldade prática está no fato de que não há um procedimento padronizado para a ação policial neste tipo de situação. De acordo com a professora da Universidade Federal de São Paulo e pesquisadora da ação policial e conflitos em manifestações Esther Gallego, as jornadas de junho e julho de 2013, quando ocorreram mobilizações com mais de 1 milhão de

quando as manifestações são organizadas pelo movimento estudantil. “Os movimentos sindicais, via de regra não tem qualquer tipo de conflito com a polícia. Eu vejo aí uma clara perseguição dos movimentos estudantis. A forma de diálogo sempre foi na base do medo.” O próprio Eduardo, nas semanas que se seguiram ao incidente em Brasília, preferiu não ter seu nome noticiado em nenhum veículo de imprensa. “Se numa manifestação, que é um direito constitucional, eu já sofri esse tipo de agressão, não sei até onde iriam os limites dessa atual gestão,” explica.

Espiral de violência

Em grandes centros urbanos, como São Paulo, o Ministério Público instaurou inquéritos para investigar violações aos direitos humanos, enviando aos comandos locais de polícia orientações sobre como agir, em especial com veículos de imprensa. A maior preocupação é com o fato de a ação policial se materializar coletivamente em reação a atos individuais. “Se existe alguém cometendo alguma infração grave durante, a ação policial precisa ser focada no indivíduo, e não em toda a manifestação através de material tático ofensivo, como gás lacrimogêneo. O problema da repressão é que ela atinge todo mundo, é generalizada,” explica Esther.

Daniela chama ainda a atenção para o fato de a violência estar implícita nas relações políticas do momento, sendo uma característica de processos sociais de “ruptura.” Nesse contexto, formam-se opiniões antagônicas quanto às práticas de defesa mais radicais adotadas durante as mobilizações, conhecidas popularmente como black blocs. A tática, que consiste em uma linha de frente composta por manifestantes encapuzados dispostos a entrarem em confronto com a polícia, surgiu na década de 70 na Alemanha, mas também se popularizou no Brasil durante as jornadas de 2013, ainda que não tivesse grande aprovação popular: em pesquisa realizada pela Confederação Nacional dos Transportes, 91,5% dos entrevistados não considerava a tática uma maneira legítima de manifestação.

O processo de repressão e contra ataque entre polícia e manifestantes geraria o que Esther chama de espiral da violência. “É um ciclo mesmo, eu diria. Porque quanto mais a polícia é repressiva, mais hostil é a resposta por parte dos manifestantes. Forma-se uma espiral.” Neste contexto, Daniela considera o black bloc uma tática a ser “compreendida pelo



“É UM CICLO. QUANTO MAIS A POLÍCIA É REPRESSIVA, MAIS HOSTIL É A RESPOSTA POR PARTE DOS MANIFESTANTES”

Esther Gallego, Socióloga

senso comum”. “São as pessoas que estão dispostas a colocarem seus corpos na frente para sofrerem a violência física. Em Brasília isso ficou muito claro, o quanto elas foram fundamentais para ajudar quem estava naquela manifestação, idosos que ficaram sitiados no meio do fogo cruzado, por exemplo.” A advogada chama atenção, no entanto, para o fato de a tática nem sempre ser necessária. “É preciso pensar politicamente quando é necessário o uso do black bloc nas manifestações para não prejudicar a segurança dos envolvidos, mas também compreender do que se trata sem criminalizá-los. Eu prefiro uma vida de banco quebrada a uma pessoa violada.”

Durante as jornadas de junho e julho, Esther acompanhou os adeptos da tática com outros pes-

quisadores e jornalistas. Segundo a socióloga, é preciso “escutar quem está atrás da máscara, porque é um fenômeno social que tem relevância, é importante conhecer um pouco mais, tentar pelo menos entender o que está acontecendo, porque se fala muito sobre os black blocs de uma forma estigmatizada: ‘vândalos, baderneiros.’ Para a socióloga, apesar da opinião pública controversa, não há perspectiva de que a tática deixe de ser utilizada tão cedo. “2013 abriu uma porta para o black bloc. Agora vai ser difícil fechá-la.”

Wagner Locks

wagnerlocks@gmail.com

Foto: Fábio R. Pozzebom/Agência Brasil (25/05/2017)



O presidente Michel Temer decretou, em edição extra do Diário Oficial da União, que as Forças Armadas executassem função policial durante manifestação na Esplanada dos Ministérios

Reforma política pode trazer melhorias

Mudanças no sistema político são possíveis, mas não garantem solução para a crise

A pesar das diferenças ideológicas, existe um consenso entre todos os brasileiros: vivemos tempos de crise política. Desde que assumiu a Presidência da República, Michel Temer já perdeu 11 ministros. Com a instabilidade do governo, até a vida de quem não gosta ou não entende de política pode ser afetada. Mas qual é a solução? Como acabar com a corrupção, com a falta de representatividade e com os encontros noturnos no porão do Palácio do Jaburu entre o chefe de Estado e um empresário bilionário investigado por pagamento de propinas?

Talvez a solução comece com a letra R. E já que o Michel Temer disse que não vai renunciar (mesmo tendo apenas 7% de aprovação pública, segundo pesquisa do Datafolha de junho de 2017), a reforma política pode ser uma opção. Neste caso, alterações seriam feitas na legislação, porém isso por si só não assegura que todos os problemas políticos sejam resolvidos. Ou seja, uma reforma política pode até dificultar a prática da corrupção, mas não promete seu fim. “Ela não traz essa purificação que a gente espera”, resume o doutor em Ciências Políticas Tiago Borges, que estuda o assunto há quinze anos. “É algo técnico e chato. Tem que se pensar nos problemas que ela pode acarretar. Porque pode até ficar pior. É um copo meio cheio, meio vazio”.

Quando Borges diz “técnico” e “chato”, ele se refere a burocracia do processo que implica modificações na Constituição Federal ou até mesmo na formulação de uma nova Constituição. Para se alterar a nossa Carta Magna, alguns meios possíveis são através da aprovação de Proposta de Emenda à Constituição (PEC) ou pela formulação de uma assembleia Constituinte. E quando ele alerta que “pode até ficar pior”, é porque, de maneira geral,

quem decide a reforma são os próprios políticos que estão protagonizando as crises no governo.

Após as manifestações de junho de 2013, quando mais de um milhão de brasileiros foram às ruas para demonstrar insatisfação perante o poder público, a então presidenta Dilma Rousseff se pronunciou em rede nacional propondo um plebiscito sobre reforma política. A população votaria sim ou não pela convocação de uma Constituinte exclusiva: uma assembleia que seria eleita pelo povo especificamente para criar uma nova Constituição. Logo após concluída, essa assembleia seria desfeita e seus componentes voltariam a viver como nós, reles civis.

“EM TODA E QUALQUER REFORMA, OS ATORES QUE PARTICIPARÃO, EM BOA MEDIDA, SÃO OBJETOS DE INVESTIGAÇÃO PÚBLICA”

Luiz Henrique Cademartori,
especialista em questões constitucionais

Mas isso não aconteceu, a proposta foi derrubada pelo Congresso poucos dias depois de sugerida. Vale ressaltar que a atual Constituição Federal, de 1988, foi feita através de uma Constituinte. Porém não era exclusiva, foi o Parlamento da época que a redigiu.

Em se tratando de reforma política via PEC, atualmente tramita na Câmara um projeto de reforma proposto em abril deste ano pelo Deputado Federal Vicente Cândido da Silva (PT-SP). A ideia é que sejam feitas mudanças principalmente no nosso sistema eleitoral. No entanto, quem discute e vota pela sua aprovação é o próprio Congresso Nacional, que hoje passa por uma crise de credibilidade pública - 79% dos brasileiros não se sentem representados por nenhum partido,

conforme uma pesquisa do Instituto Ipsos de maio de 2016.

Se mais de dois terços dos brasileiros não confiam no atual Parlamento para pensar a reforma política, como podemos participar desse processo? Pode ser por meio de um plebiscito ou de um referendo. Ambos são formas de consultar a população sobre determinado assunto, geralmente de maneira binária (sim ou não). Porém, um é anterior e o outro é posterior à elaboração do projeto. Temos como exemplo quando a Dilma propôs um plebiscito sobre a reforma política. A população seria consultada antes de alterar a legislação. Hipoteticamente, caso votássemos sim e a reforma política fosse feita, o governo poderia

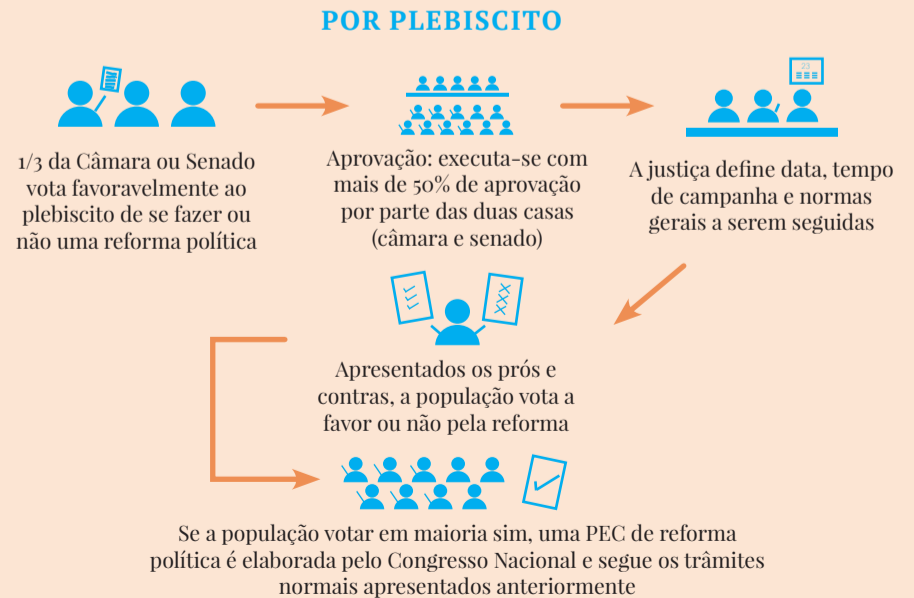
que ainda não há um consenso sobre os civis poderem opinar na Constituição já que a própria Constituição não é específica sobre o assunto - lembremos que a reforma política só ocorrerá por meio de mudanças constitucionais, sejam elas superficiais ou profundas.

O fato é que, independente do tipo de reforma política, se é por Constituinte, PEC ou iniciativa popular, o processo vai ter que passar pelos 81 senadores e 513 deputados que compõem o Congresso Nacional. Da mesma forma que o presidente, para implantar seu plano de governo na legislação do país, tem que negociar antes com o parlamento. Isso se chama presidencialismo de coalizão, quando o chefe de Estado se alia aos partidos eleitos para que suas políticas sejam aprovadas na Câmara, o que contribui para contradições entre o governante e sua ideologia partidária e propostas de campanha. O doutor em direito e especialista em questões constitucionais, Luiz Henrique Cademartori, concorda que a grande quantidade de partidos existentes atrapalha esse processo.

Voto (in)consciente

Hoje, existem 35 partidos políticos registrados no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e 28 possuem representantes na Câmara. Segundo Cademartori, “o presidente precisa fazer acordos com uma miríade de partidos e, para contentar todo mundo, eventualmente dá cargos, dá dinheiro, etc.”. Nesse caso, uma reforma que possibilitasse a redução de partidos poderia ser benéfica. Porém, como toda mudança, traria consequências. “Afetaria aquelas legendas de aluguel, que são chantageiras, mas também acabaria atingindo partidos pequenos que são autênticos e representam certo setor da sociedade, o que não seria muito democrático”, explica Cademartori.

Passo a passo da Reforma Política:



Apesar da pluralidade de partidos garantir uma ampla diversidade, o cientista político Tiago Borges concorda com Cademartori e acredita que isso acaba dificultando a população de acompanhar a política. “É o fenômeno de votar e, uma semana depois, esquecer. Não é porque o eleitor é estúpido ou porque não tem educação formal, o problema é complexo. A gente precisa montar um sistema mais enxuto”. Nas eleições de 2014, por exemplo, em São Paulo houveram 1.485 candidatos para 70 vagas de deputado.

A reforma política também mexeria com o nosso processo eleitoral e é o que propõe o projeto do deputado federal Vicente Cândido, que tramita hoje na Câmara. No Brasil, elegemos nossos representantes políticos de duas formas: modelo majoritário e modelo proporcional. O majoritário é utilizado nas eleições para presidente, governadores, senadores e prefeitos. Nele, ganha o candidato que tiver a maioria dos votos. No proporcional, o voto será somado aos demais votos da legenda e é pelo qual são eleitos deputados federais, deputados estaduais e vereadores. De certa forma, quem é eleito é o partido mais votado (na teoria, a ideologia de um partido é mais representativa do que as propostas de um só candidato). Isso se chama lista aberta, quando os eleitores votam em partidos e na ordem dos candidatos na lista desse partido.

O projeto que está tramitando sugere alterar provisoriamente a lista aberta para lista fechada: o eleitor vota apenas no partido e o número de votos recebidos determina a quantidade de candidatos eleitos conforme uma lista pré ordenada pelo próprio partido. E, a partir de 2026, seria implantado o sistema distrital misto: metade dos candidatos será definida por lista fechada e a outra metade pelo voto distrital, ou seja, cada município ou estado será dividido em regiões que escolhem seus candidatos internamente.

Um efeito benéfico desse sistema eleitoral é que assim se reduz a quantidade de informação para o eleitor acompanhar, se preocupando majoritariamente com a atuação do partido em que votou, não mais no candidato. Já o efeito colateral, segundo Borges, é

que “se reduz a liberdade do eleitor de ordenar a lista, quem ordena é o partido”. A proposta do deputado Vicente Cândido também visa a proibição das coligações partidárias, um consenso entre a maioria dos analistas políticos. Borges afirma que “na prática, os partidos têm acesso ao Congresso Nacional via coligação. Só alguns têm sem a coligação”. Com a mudança muitos desses partidos teriam que mudar suas estratégias.

“ATO POLÍTICO É PARTICIPAR DA ESCOLA, DO TRABALHO, DA VIDA SOCIAL. ASSINAR UMA PETIÇÃO ONLINE TAMBÉM É SER POLÍTICO... TUDO PASSA PELA POLÍTICA”

bém é o governo já que as emissoras ganham compensação fiscal por ceder um horário às propagandas políticas.

Para Borges, o copo meio cheio do financiamento público de campanha é que “você pode promover uma maior igualdade de distribuição de recursos. Empresas e pessoas físicas com dinheiro vão atrás de candidatos que têm maior possibilidade de vencer e o poder público poderia isolar e melhorar a situação”. Mas o copo meio vazio

Irineu Manoel de Souza,
especialista em Administração Pública

Financiamento de campanha

Quanto ao financiamento de campanhas, até as eleições de 2014 era um processo misto: os candidatos podiam receber verbas de recursos privados (pessoas físicas ou empresas) e também de recursos públicos por meio do Fundo Partidário, abastecido pela União com verba provinda de dotações orçamentárias e de multas e penalidades aplicadas a partir do Código Eleitoral. Mas no dia 17 de setembro de 2015, depois de um pedido de ação direta de inconstitucionalidade feito pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), o Supremo Tribunal Federal declarou como inconstitucionais as normas que permitem que empresas façam doações para campanhas eleitorais.

A proposta que tramita hoje pleiteia que o financiamento eleitoral venha 70% de um fundo público e 30% de doações de pessoas físicas, no limite de um salário mínimo. Esse fundo público seria criado especificamente para custear os partidos em época de eleição, além do Fundo Partidário já existente que disponibiliza verba mensal mesmo em anos não eleitorais. Ademais, atualmente os partidos políticos possuem o direito ao espaço gratuito de propaganda eleitoral no rádio e na televisão. Quem paga por isso tam-

é que “normalmente, a distribuição é proporcional ao tamanho do partido. Hoje o PT, o PSDB e o PMDB são os principais partidos e, se você assume uma relação dinheiro/voto, daqui a 30 anos esses três partidos vão continuar como os principais partidos. Você congela”. Além da reforma política, Borges destaca também a importância de se controlar outras instâncias. “Tem que se pensar em reformas no Estado, por exemplo, como acesso à estatais e licitação”.

O que está em jogo?

Se temos algo para comemorar em meio a bagunça política que enfrentamos é a autonomia das instituições que investigam o poder público. As ilegalidades entre políticos e empresas privadas não são novidade, mas vale ressaltar a atuação do Ministério Público e da Polícia Federal. Só a Operação Lava-Jato já identificou o desvio de R\$36 bilhões de reais dos cofres públicos, segundo o Procurador da República Antônio Carlos Welter. Verba que sustentaria 12 milhões de alunos no Ensino Público Básico em 2017, conforme dados do Ministério da Educação.

Casos como a Lava-Jato são uma oportunidade para saber quais são

os políticos envolvidos em escândalos de corrupção, por exemplo. Também não podemos nos esquecer que política não é só o que se passa em Brasília. Ela está no nosso dia a dia de diversas formas. O especialista em Administração Pública e Diretor do Centro Socioeconômico (CSE) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Irineu Manoel de Souza, conta que “ato político é participar da vida social, do trabalho, da escola. Assinar uma petição online também é ser político... Tudo passa pela política”. Ele ainda resalta que a sociedade precisaria ser reeducada nesse sentido. “A universidade é fundamental nesse papel de desenvolver alguns programas juntamente com o governo, movimentos sociais e afins, para socializar melhor as informações e conscientizar mais a população, para formar pessoas preparadas para exercer a cidadania”.

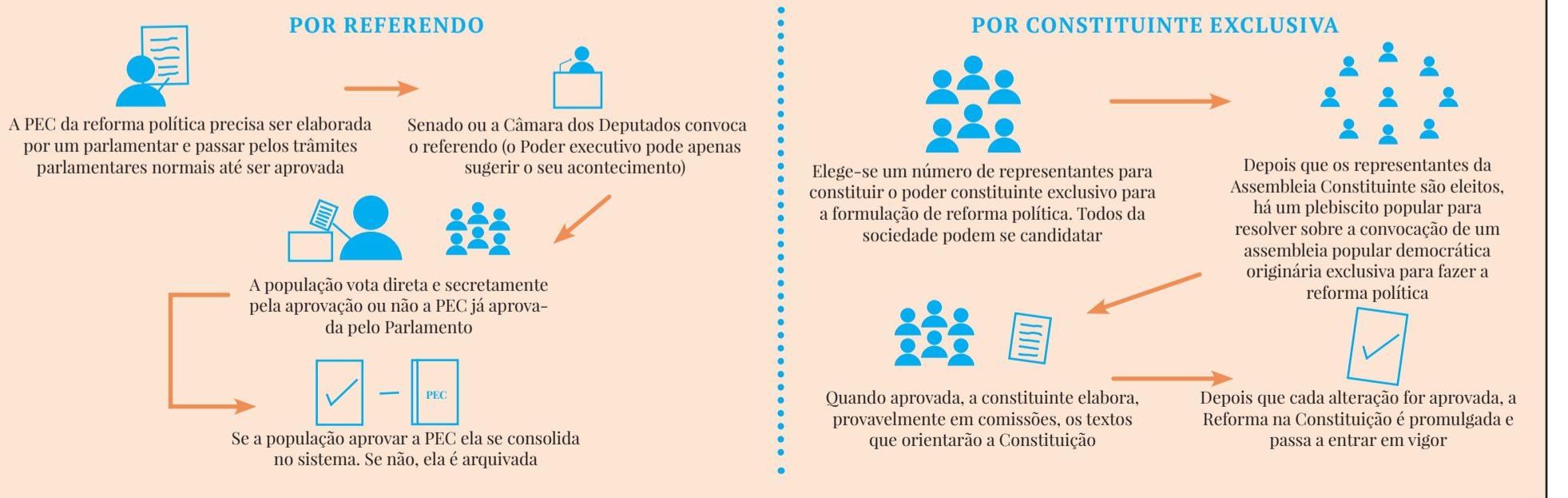
Em suma, existem diversos pontos no nosso sistema político que atingem a qualidade dos serviços públicos e afastam a população da participação política. Mas, independente da reforma política que se faça, teremos consequências. “Se existisse um modelo ideal, nós não estaríamos discutindo isso”, ironiza Borges. Portanto, não há uma fórmula perfeita. Cademartori também resalta que “toda e qualquer reforma, os atores que vão participar, em boa medida, são objetos de investigação e execração pública”. Além disso, nada garante o compromisso deles com a população. Um exemplo disso é a reforma da Previdência que continua tramitando na Câmara mesmo com a reprovação de 71% dos brasileiros (conforme pesquisa Datafolha de maio de 2017). Para Cademartori, a solução seria se todos renunciassem. Como isso não é viável, o voto ainda é essencial para promover as mudanças ansiadas. ☺

.....
Andressa Santa Cruz

santacruzandressa@gmail.com

Clara Comandolli de Souza

claracomandolli@gmail.com



O Brasil está em crise, o humor jamais

Por trás da criação de memes que tomam conta da internet no atual cenário político

Delações premiadas, queda de avião, vazamento de áudios, troca de ministérios, processos de impeachment... Está cada vez mais difícil acompanhar os episódios de *Brazil of Cards*. Porém, no meio de tantas reviravoltas na vida política brasileira, há pelo menos uma coisa da qual podemos ter certeza: memes. Não é que o brasileiro não se preocupe em ver seu país afundando mas, desacreditado de seus representantes, rir tem sido a melhor forma de amenizar o desespero e evitar o pânico. O termo meme foi usado pela primeira vez em 1976 nos estudos do pesquisador britânico Richard Dawkins para se referir a característica humana de reproduzir conceitos culturais através dos tempos. Atualmente, a expressão serve para designar qualquer texto, imagem, vídeo de cunho humorístico que se espalha via internet. Criar e compartilhar memes movimentam milhares de pessoas todos os dias e, mais do que piadinhas rápidas e superficiais, os memes são também uma maneira de fazer com que uma notícia ou opinião se espalhe rapidamente. Mais velozes do que o jornalismo formal, eles desconstruem discursos, criam novas expressões culturais, transformam ideias e, claro, nos fazem rir.

Apesar de quase sempre inofensivos, os memes foram motivo de incômodo para o governo Temer. Em maio de 2017, diversos sites de entretenimento receberam uma mensagem oficial do Departamento de Produção e Divulgação de Imagem do Palácio do Planalto dizendo que as fotografias da Presidência “estão liberadas para uso jornalístico e divulgação das ações governamentais. Para outras finalidades é necessária autorização prévia da Secretaria de Imprensa da Presidência da República”. A medida foi prontamente encarada como uma forma de censura pelo esquadrão da internet, e o contra-ataque veio: ainda mais memes. Segundo Sandro Sanfelice, administrador do site Capinaremos, que recebeu a mensagem do governo, “se em um dia normal o número de memes com o presidente como temática não passaria de 10%, depois do e-mail, uns 70% o tinham”.

Com uma foto de perfil que sugere que a ex-presidente Dilma estaria fumando um pequeno cigarro de maconha, a página “Dilma Fazendo Coisas” foi criada pelo casal de amigos paulistanos Antônio Maurício dos Santos e Priscila Minutti Cordeiro. Ele é metalúrgico, está desempregado mas se vira fazendo bico de segurança em um buffet. Ela é funcionária pública e acabou de se mudar pro litoral paulista para trabalhar em uma escola. A ideia de criar o “Dilma Fazendo Coisas” foi importada de um modelo que eles viram que já fazia sucesso na Argentina: Cristina Haciendo Cosas, Darin Haciendo Cosas, Marado-



A Web não perdoa divulgação de gravação contra Temer e brinca com impeachment



Operação Carne Fraca também foi alvo de memes em páginas de redes sociais

na Haciendo Cosas, e assim por diante. A proposta deste tipo de página é simples: pegar fotos aleatórias de uma figura pública e postá-las com uma legenda irônica ou engraçada, ressignificando o sentido da imagem original. Assim, a luz dos escândalos envolvendo a JBS, uma foto de Dilma comendo um espetinho de alcatra pode ser postada implicando que Dilma está comendo papelão.

A zoeira não tem limites, mas tem parâmetros. Antônio conta que apesar de no início terem criado a página sem grandes pretensões, quando o processo de impeachment contra Dilma começou a tomar forma, eles decidiram se posicionar: “A politização, ainda que de repente, era pra mostrar que apesar de a gente não ser petista nem nada, a página tinha um lado, que era contra o impeachment. Naquele momento foi bom deixar isso claro”. Foi também o momento em que a página mais cresceu, somando hoje 60 mil curtidas. Antônio acredita que esse crescimento aconteceu por-



Proibição de fotos humorísticas de Temer vira tema para produção de novos memes

que, na época, quem era contra o impeachment estava muito afim de compartilhar conteúdo divertido sobre a Dilma: “crítica bem humorada é um dos esportes preferidos dos brasileiros”.

E não só dos brasileiros. O uso do humor para destilar críticas ao governo é uma prática que retoma o antigo teatro grego, passando pelos bobos da corte na idade média, até o surgimento das primeiras charges de jornal no início do século 18. Apesar de ter sua origem em regimes totalitários, em que o comentário jocoso foi uma maneira “despreziosa” de atacar o sistema, atualmente a sátira política se firmou como um gênero subversivo que faz parte do cotidiano das pessoas: seja através das piadas de bar ou pela infinita quantidade de memes que circulam livremente na internet cada vez que Michel Temer faz... bem, cada vez que Michel Temer faz qualquer coisa.

Para o cartunista e redator de programas de humor da Rede Globo, Zé Dassilva, além de ser um jeitinho mais “leve” de

dizer a verdade, o humor tem a capacidade de nos fazer rir de acontecimentos extremamente dramáticos e traumatizantes, como a Lava-jato, por exemplo. Quanto a “proibição dos memes” pelo governo Temer, Zé Dassilva ressalta que a medida pode ser considerada um ataque a liberdade de expressão: “acho que proibir meme é coisa de quem desconhece o que é a internet. Se tentar continuar reprimindo, arrisca fazerem mais meme ou charge sobre isso”.

A página “Corrupção Brasileira Memes” tem 830 mil curtidas e é a segunda maior do país no segmento de memes sobre a vida política brasileira (perde apenas para o império de “Dilma Bolada”, que tem mais de um milhão e meio de seguidores só no Facebook). A CBM, como é carinhosamente chamada pelos fãs, foi criada em fevereiro de 2016 pelo catarinense Lucas Arpino. A ideia do estudante de direito surgiu quando ele observou que a maioria das páginas de memes políticos que já existiam eram muito partidárias, ora atacando, ora defendendo políticos de esquerda ou de direita. Segundo Lucas, na CBM ninguém está a salvo, o único objetivo é zoar com a cara de todo mundo, independente de crença, partido ou religião. Depois do sucesso, a página passou a ser alimentada inclusive pelos seguidores. Eles participam de um grupo criado pelos administradores da página chamado “Projetos Masmelativos”. São quase 14 mil pessoas espalhadas pelo Brasil produzindo memes a partir dos acontecimentos políticos que vão aparecendo nos jornais diariamente. Os melhores são votados e escolhidos para serem publicados “oficialmente” para o público. Brincadeiras à parte, Lucas acredita que a página acaba sendo também uma fonte de informação para seus seguidores: “Memes informam muito, especialmente para o público mais jovem que não segue tanto o noticiário”.

Para o mestre em Jornalismo pela UFSC, Ricardo Sékula, não dá mais para pensar na construção da cena política brasileira sem os memes: “Eles tem um potencial de disseminação muito rápido. Às vezes a gente fica sabendo de um acontecimento primeiro pelo meme e depois vai procurar a notícia formal”. Ricardo escreveu sua tese de mestrado sobre o potencial que os memes têm de dar visibilidade para as facetas de um acontecimento para além do que a mídia tradicional costuma mostrar: “A piada política sempre esteve presente nas rodas de amigos, nos almoços de família, ou seja, sempre esteve presente dentro de uma esfera mais privada. O que o meme faz é trazer esta piada para uma esfera midiática, uma esfera coletiva, e isso acaba causando uma série de reconfigurações nos próprios acontecimentos políticos”.

Daniel Bonfim

danielbonfim@gmail.com